



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## A DIDÁTICA DE JAN AMOS COMENIUS: reflexões sobre a Modernidade

Fabiana Cristina da Silva França <sup>1</sup> (PG)\*, Simone de Magalhães Vieira Barcelos <sup>2</sup> (PQ)

Av. Araguaia,400- Vila Lucimar- Inhumas- GO,75400-000

Resumo: A presente pesquisa objetiva, a partir da obra *Didática Magna* de Jan Amos Comenius, refletir sobre a Modernidade de modo a elucidar a relação entre o pensamento desse autor e os princípios que a fundamenta. Comenius inaugurou o campo de estudos da Didática e, importa aqui compreender em que medida a força do seu pensamento ainda se faz presente no campo da educação contemporânea. A pesquisa é de cunho teórico e busca pensar a didática para além de um conjunto de métodos e técnicas ou seja, como um modo de compreender a educação e a formação humana. O estudo está fundamentado em autores como, Comenius(2006), Durkheim (2011) Cambi (1999), Suchodolski (2002), Veiga (1988), dentre outros. A pesquisa está em desenvolvimento, as leituras e registros sobre o tema estão sendo realizados dentro do que foi previsto no cronograma da pesquisa. Esse trabalho ocorre num campo teórico e se realizará numa perspectiva da reflexão filosófica, sendo objeto de pesquisa no mestrado em educação.

Palavras-chave: Didática; Formação; Modernidade; Eficácia.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas. E-mail: fabianacristina\_13@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente Efetiva da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: vieirabarcelos@hotmail.com.

### Introdução

A didática é um campo do conhecimento que nos provoca pensar a prática docente ou a prática educativa. Nessa pesquisa busca-se compreender o surgimento da didática - com Jan Amos Comenius – no contexto do nascimento da Modernidade. O pensamento de Comenius foi pioneiro no campo da educação e, ainda em nossos dias, têm forte presença no campo da educação brasileira. O espírito moderno está presente na obra de Comenius, como procura mostrar ao longo do texto e, parece fundamental apreender os princípios que fundamentam a Modernidade para então compreender a Didática de Comenius.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



Nos ousamos prometer uma Didática Magna, ou seja, uma arte de ensinar tudo a todos: de ensinar de modo certo, para obter resultados; de ensinar de modo fácil, portanto sem que docentes e discentes se molestem ou enfadem, mas, ao contrário, tenham grande alegria; de ensinar de modo sólido, não superficialmente, de qualquer maneira, mas para conduzir à verdadeira cultura, aos bons costumes (COMENIUS, 2006, p. 13).

O exercício de pôr a didática em questão, supõe o exame das tendências que fazem parte da historicidade da educação brasileira. Essa reflexão requer pensar as correntes filosóficas que tem fundamentado a educação em âmbito nacional: a pedagogia tradicional, a pedagogia renovada, a pedagogia tecnicista e a pedagogia crítica. Essa última é a corrente que esta pesquisa está ancorada teoricamente. Como mostra Coêlho (2012), pensar a educação, a escola, o ofício de ensinar supõe pensar a relação teoria e prática, portanto, é tarefa complexa que exige permanente busca conceitual e é essa busca que pretende-se realizar na presente pesquisa. Ao longo da investigação espera-se ainda, compreender como a didática foi constituída ao longo do tempo, sobretudo com o trabalho intelectual de Comenius, em sua sua *Didática Magna*.

## Material e Métodos

Para a realização dessa pesquisa, será utilizado materiais bibliográficos com conceitos e teorias, que possibilitam pensar a didática, a prática educativa, em conjunto com a formação humana. Compreendendo como esses conceitos se relacionam com a formação de professor. A reflexão filosófica será utilizada como percurso metodológico para nortear a pesquisa.



## Resultados e Discussão

As primeiras reflexões sobre didática tem possibilitado a ampliação uma aproximação do pensamento de Comenius (2006). Na obra *Didática Magna*, percebe-se uma preocupação do autor com o tempo, o tempo no que diz respeito a ensinar e aprender. As leituras têm provocando muitas questões e, aos poucos a compreensão de que a didática não é um conjunto de técnicas foi surgindo. O trabalho intelectual de compreensão desse campo conceitual está em movimento e, há muito o que investigar até o final do tempo previsto para a realização da pesquisa. Espera-se que a pesquisa propicie uma compreensão sobre a relação entre a didática de Comenius e a questão dos princípios que fundamentam a Modernidade. Algo que ainda está incipente até o momento em nossa pesquisa.

## Considerações Finais

Pensar a didática é pôr em questão a formação humana de modo a compreender como está se relaciona com as dimensões teórica e prática do trabalho educativo. O exercício filosófico possibilita apreender o lugar da filosofia nessa formação e sua indissociabilidade com a teoria e a prática. Assim, é fundamental o trabalho de busca conceitual no que refere a presente temática para que haja uma reflexão filosófica da formação humana em sentido amplo, realizando um exercício crítico no que concerne aos princípios fundantes da didática de Comenius e por extensão aos fundamentos da Modernidade.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual de Goiás, organizadores do IX Cepe, e o PPGE-Inhumas, pela oportunidade em compartilhar essa pesquisa com a comunidade acadêmica.

## Referências

CAMBI, Franco. Características da educação moderna. In: \_\_\_\_\_. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

COÊLHO, Ildeu Moreira (Org.). Escritos sobre os sentidos da escola. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012.

COÊLHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães. **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas, SP: Mercador de Letras, 2016.

COMENIUS, Jan Amos. **Didática Magna**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 389 p.

COMENIUS, Jan Amos. **A Escola da Infância**. Tradução Wojciech Andrzej Kulesza. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. 120 p

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DELGADO, Adriana Patrício. O papel da disciplina didática em cursos de formação inicial e no exercício da docência. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE). Campinas, Unicamp, p. 26-36, 2012.

DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 10. ed. Tradução Lourenço Filho. São Paulo: Vozes, 2011.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



DURKHEIM, E. A evolução pedagógica. Porto Alegre: ArtMed, 1995. p. 3-165

HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. Traduzido por Artur M. Parreira. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. O Campo Teórico- Investigativo e Profissional da Didática e a Formação de Professores. In: SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; PUIGGRÓS, Núria Rajadell (org.) . Didática E formação de Professores: Perspectivas e inovações. Goiânia: CEPED Publicações e Puc Goiás, 2012. 368 p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MOURA, Ingridi Loubach de Castro. A didática na Formação de Professores: A desconstrução do mito do " Livro de Receitas". In: Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE). Campinas, Unicamp, p. 01-11, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. (P. 85-174).

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011

SUCHODOLSKI, Bogdan. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2002.

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## **A DIFICULDADE DO TRABALHO DOCENTE COMO OBRA DE ARTE**

**Isabella Luiza Fernandes<sup>1</sup>** Pós-graduanda (PG)\*, **Ged Guimarães<sup>2</sup>** Pesquisador (PQ)  
isabelladelf@hotmail.com

CÂMPUS CENTRAL - UNIDADE UNIVERSITÁRIA ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS  
E HUMANAS NELSON DE ABREU JÚNIOR – UnUCSEH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS – PPG-IELT

**Resumo:** Entende-se como obra de arte o trabalho docente, fundamentada nos conceitos dos grandes filósofos clássicos. Visto que a disposição da própria existência do homem está ligada a uma condição natural a um modo verdadeiro de pesar. Assim, esta pesquisa em andamento visa discutir a qualidade da educação diante da dificuldade do trabalho docente em se tornar uma obra de arte na sociedade capitalista definida como injusta e desigual. Dessa forma, busca-se discutir o caráter qualitativo das análises textuais em uma perspectiva filosófica, a fim de refletir, sobre a arte como imitação, própria do trabalho docente na sociedade atual, que tem afastado o sentido fundante da educação como arte em suas práticas pedagógicas.

**Palavras-chave:** Maiêutica. Descoberta. Eudaimonia. Educação. Qualidade. Sociedade capitalista.

### **Introdução**

A motivação pelo tema se deu pela inquietação quando ainda graduava o curso de pedagogia. O convívio com o conhecimento na universidade me fez observar e analisar quão impactante pode ser o trabalho docente na formação do homem; ora um convívio harmonioso, ora frustrante. Dessa forma, entendo que o trabalho docente é uma obra de arte. A arte significa sobretudo a criação constante da existência. No espaço educacional, essa premissa é de que o homem é uma construção permanente,



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



ele mesmo é uma obra de arte. Tal e qual, nunca será acabada, pois, está em um processo contínuo de transformação diante de si mesmo do conhecimento e da vida política.

Para Sócrates a arte é o “fazer nascer”; em grego se diz maiêutica. Em seus ensinamentos a *pars construens* por meio de perguntas e respostas se pari a verdade do falante (REALE, 2007 p. 91). Assim, o trabalho docente é como a arte de uma parteira, que já é incapaz de procriar, e que serve como doula para as outras mulheres (PLATÃO -Teeteto 149b). Nessa semelhança, a fruição maiêutica no trabalho de partejar o conhecimento se torna a chave para encontrar melhores entendimentos para deliberações filosóficas por meio da dialética<sup>1</sup>, que não pode ser disfarçado, omissos ou desviado ao falante, permitindo-o seguir livre e imaginativamente em seu pensamento diante de suas próprias estupefações e assombros.

Como Sócrates o trabalho docente perscruta nos elementos de primeira ordem, como o conceito; a definição – o que é, para quê, e o trabalho indutivo como antecipações de significados e não de novas descobertas da verdade. Para o pensador o *meio* para construir esses elementos tem um aspecto educativo ou moral que antepõe o não lógico em uma base fundamentalmente ética. Assim, o bom caráter e os valores morais fundamentam a ética socrática uma vez que o homem não é mal, mas ignorante. Dessa forma, a virtude da alma, ou seja, a ciência o conhecimento pode ser conhecida no princípio do “eu”.

Para Platão a arte é um voltar da escuridão para a luz. Nesse sentido, o trabalho docente indica aos seus iniciantes a existência natural para aprender, abrindo-lhes os olhos de uma forma totalizante, convidando-os para o desejo da contemplação do ser e da parte mais brilhante do ser; o que Platão chama de bem.

---

<sup>1</sup> «O termo «dialética», que desempenha um papel quase tão proeminente na filosofia platônica como «forma», não significa originariamente nada mais do que o processo de discussão oral por meio de pergunta e resposta» (Platão XXXIII).



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



Nesse sentido, “a educação seria, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer dar a volta a esse órgão, não a de o fazer obter a visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele não está na posição correta e não olha para onde deve, dar-lhe os meios para isso” (PLATÃO - A república 518d).

Em Aristóteles a arte é uma “disposição relacionada com a criação, envolvendo um modo verdadeiro de raciocinar, e a falta de arte, que é o contrário da arte, é também uma disposição relacionada com a criação, mas envolvendo um método falso de raciocinar” (Ética a Nicômaco VI 1140a). Na obra *Ética a Nicômaco* depreende-se o entrelaçamento da ética e o processo educativo do cidadão grego. Nesse sentido a *phronesis*; o agir corretamente, o discernimento desenha de uma forma implícita o fazer pedagógico e uma dependência da educação na construção da *areté* - excelência moral e intelectual (virtudes). Dessa forma, Reale diz que o homem “ não pode ser senão aquilo que faz com que a alma seja tal como sua natureza determina que seja, isto é, boa e perfeita” (ibidem 2007 p. 95).

Sendo assim, o desafio diante do qual nos encontramos é a dificuldade do trabalho docente se tornar uma obra de arte na sociedade capitalista; definida como sendo uma constante barbárie à humanidade nas desigualdades e injustiças sociais, refletidas no confronto antagônicos de classes que é gerado pela exploração da força do trabalho e o acúmulo do capital, e como consequência a sua qualidade. Dentre vários aspectos, destaca-se o despontar da padronização e controle externo com objetivos claros de afastar a comunidade escolar do seu próprio desenvolvimento e crescimento. Exige-se, pois um melhor entendimento para o sentido do que venha a ser a qualidade na sociedade capitalista que por sua vez é produzida nos espaços educacionais. Nesse contexto, a pergunta norteadora desta pesquisa é porque o trabalho docente não é uma obra de arte?



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Material e Métodos

Como procedimento metodológico, a pesquisa está estruturada em três tópicos de discussões estritamente bibliográfica. Dessa forma, busca-se discutir o caráter qualitativo das análises textuais em uma perspectiva filosófica, a fim de refletir, sobre a arte como imitação, própria do trabalho docente na sociedade atual, que tem afastado o sentido fundante da educação como arte em suas práticas pedagógicas.

Assim, a pesquisa bibliográfica conduz o pesquisador a produzir o próprio conhecimento por meio dos porquês do que já foi levantado, pensado e não dito. Um convite para sair da própria certeza e da falsa fundamentação para o campo dialético do pensar.

## Considerações Finais

Vale destacar, que esse projeto de pesquisa está embasado com as obras teóricas sobre a sociedade atual visando compreender como é difícil o trabalho docente como obra de arte na sociedade capitalista. Além disso, é importante refletirmos se a nossa sociedade está constituída na busca pela elevação do homem enquanto ser? Para esse olhar, buscamos o aprofundamento nas contribuições: Política de Aristóteles (1998) - tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes; Marx (2011; 2013) - Tradução de Mário Duayer e Nélcio Schneider; Locke (1986) - tradução de Rafael Laselata e Coelho (1993,2014).



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.
- COELHO, Ildeu Moreira. **A importância da sala de aula para uma formação de qualidade**. ANAIS – IV Seminário internacional de administração universitária, Natal RN 4 a 7 maio de 1993.
- COELHO, Ildeu Moreira. Universidade, pensamento e formação de professores. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação - Centro-Oeste Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: contradições e desafios para a transformação social, 2014**. Goiânia. XII Encontro de Pesquisa em Educação - Centro-Oeste. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.
- LOCKE, John. **Pensamientos sobre la educación**. Tradução de Rafael Laselata. Madrid: Akal, 1986.
- MARX, Karl. **Grundisse**. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PLATÃO. **A República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1949.
- PLATÃO. **Teeteto e Crátilo**. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- REALE, Giovanni, Dario Antiseri. **História da filosofia : filosofia pagã antiga**, v. 1. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



## **A percepção discente sobre o patrimônio histórico de Jaraguá-GO: um estudo de caso à luz das teorias bakhtinianas**

**Márcia de Freitas Queiroz\* (PG), Wesley Luis Carvalhaes (PQ)<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE); Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas. Av. Araguaia, 400, Vila Lucimar, Inhumas-GO. E-mail: quiosque\_magazine@hotmail.com

Resumo: Este projeto de pesquisa, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás (PPGE-UEG) objetiva investigar a percepção de alunos do 5º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Jaraguá-Goiás acerca do patrimônio histórico e cultural dessa cidade. A necessidade de pesquisar sobre o referido tema se dá porque, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem-se, na terceira competência, o pressuposto de que os alunos devem aprender por meio das manifestações artísticas e culturais diversas, as quais ajudam no desenvolvimento cognitivo, social e psicológico, de modo a desenvolver cidadãos com capacidade de resolução de problemas, com uso correto das linguagens e do raciocínio lógico-matemático. Sabe-se que a cultura está presente em todos os meios sociais da cidade de Jaraguá – GO. O projeto propõe o desenvolvimento de uma pesquisa documental, com foco qualitativo e estudo de caso, com uso de questionários. O projeto fundamenta-se em estudos de Candau e Anhorn (2000), quanto à necessidade de incorporar a questão cultural às práticas pedagógicas; em Chauí (2008), para a apresentação e discussão sobre o conceito da cultura e nas reflexões de Bakhtin (2003), especialmente nos conceitos de enunciação, dialogismo e heteroglossia.

Palavras-chave: Cultura. Aprendizado. Dialogismo. Conhecimento.

### **Introdução**

Existem várias formas de abordarmos cultura, a partir de conceitos como inculturação, multiculturalismo (SEMPRINI, 1997), interculturalidade (FORNET-BETANCOURT, 1994), transculturalidade (WELSCH, 1999) e atualmente cybercultura (LÉVY, 1997), pode-se dizer que cultura se refere aos saberes coletivos de um povo, ou o conjunto de hábitos, crenças e conhecimentos de uma determinada sociedade; e por isso se faz impossível seu esgotamento conceitual. Nem sempre foi assim, em Marilena Chauí (2008, p.55), temos:



Vinda do verbo latino colere, na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios (p. 55).

Com o passar do tempo, o sentido de cultura foi se modificando, e todo o conhecimento cultural foi sendo introduzido por meio da aprendizagem de geração para geração dentro do processo social. Por isso, segundo Oliveira (1991, p. 74), “a cultura é também chamada de herança cultural.

O Brasil, por meio da miscigenação de diversos grupos étnicos, que participaram da formação da sua população, possui uma diversidade cultural imensurável. A Região Centro-Oeste participa dessa diversificação e a cidade de Jaraguá, no interior do Estado de Goiás, não foge a essa pluralidade cultural.

A cultura caminha juntamente com a formação do povo. Que seria de nós se não tivéssemos o conhecimento do passado para seguirmos no nosso tempo? Sabendo disso é que nos sentimos provocados a identificar e analisar se a cultura pode influenciar o aluno e desenvolver nele o sentido de valores essenciais como a sociabilidade e a interação entre indivíduos.

Dentro do contexto de ensino-aprendizagem, vemos a necessidade de trabalhar a cultura por meio de um conjunto de práticas cotidianas e não só, também se faz necessário a preservação do que já tivemos, do que temos e para um futuro bem próximo podermos falar sobre o que, além de formar nossos saberes coletivos, nos mostra como vivemos. Diante do que foi dito e como afirmam Candau e Anhorn (2000, p.2) “hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica”.

Assim, quer-se através desse estudo perceber como nossos educandos veem a representação cultural da formação do povo jaraguense e como isso se reflete na vida escolar desses alunos. Por tudo isso, esse trabalho nasceu da necessidade de resgatar e trabalhar o cotidiano escolar voltado ao saber cultural da nossa terra, com ênfase na relevância da educação escolar e na promoção do desenvolvimento humano. Todo saber se faz imprescindível, contudo essa busca



por nossas raízes é o que faz realmente nos sentirmos em casa, traz-nos o verdadeiro valor da nossa existência no mundo.

### **Material e Métodos**

O projeto será desenvolvido por meio de uma pesquisa documental, com foco qualitativo e estudo de caso, com uso de questionários e se apoia em estudos sobre metodologia científica como os desenvolvidos por Gil (1997) e Marconi e Lakatos (1999).

### **Resultados e Discussão**

O projeto está em fase inicial. Foi feito o levantamento bibliográfico na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as palavras: escola, cultura e patrimônio, em um recorte temporal, que foi de 2010 a 2021. Foram encontrados, entre dissertações e teses, um total de 303 trabalhos. Destes, 16 foram escolhidos para serem lidos. Por meio desse percurso, evidenciou-se a importância da pesquisa bibliográfica para análise de dados qualitativos e estudo de caso, que irão contribuir para uma ampla gama de informações sobre o assunto em estudo. Como o objetivo geral é investigar a percepção dos alunos com relação ao patrimônio, o presente projeto terá que ser submetido ao Comitê de Ética. Na sequência desse trabalho, os artigos e os livros selecionados serão lidos cuidadosamente a fim de que se tenha um posicionamento crítico e relevante sobre a percepção dos alunos referente ao patrimônio cultural.

### **Considerações Finais**

A cultura de um povo se faz presente em todos os seus saberes: dança,



música, artesanato, comida, fala, lendas, entre outros. Além de ser dinâmica, a cultura é influenciada por vários fatores que provocam mudanças, ou seja, uma aculturação, ocasionando algumas variações nos saberes coletivos de um determinado povo. Assim, como então ficar indiferente ao momento que por hora passamos ao verificarmos como não só os nossos educandos, mas a população em geral se encontra mais interessada nas tecnologias e mídias, criando novas ideologias e às vezes deixando de lado ou mesmo esquecendo toda a riqueza da nossa formação cultural. Fazemos parte dessa construção, no entanto, primamos pela história, pela cultura como formação e constituição de um povo.

### Agradecimentos

Ao professor Wesley Luís Carvalhaes, por ser meu orientador e desempenhar tal função com capricho e apreço. Aos demais professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiam o meu aprendizado. À instituição de ensino UEG-Inhumas, essencial nesse meu novo processo de formação, e pela oportunidade a mim oferecida para a expansão de meus horizontes.

### Referências

- CANDAU, Vera Maria Ferrão; ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária. 23ª Reunião Anual da ANPED. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2000. p.1-17
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília -DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 20/07/2021
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Revista Educação & Sociedade*, n. 79, ago./2002.
- CHAUÍ, Marilena. "Cultura e democracia". *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, CLACSO, Año 1, No. 1: 53-76, jun. 2008.
- FORNET-BETANCOURT, Raul. **Questões de método para uma filosofia**



**intercultural a partir da Ibero-América.** São Leopoldo: Unisinos, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cyberculture.** Paris: Odile Jacob, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Pêrsio S. de. **Introdução à sociologia.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

SEMPRINI, Andrea. **Le multiculturalisme.** Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

---

REALIZAÇÃO

---

**PRG**  
Pró-Reitoria de  
Graduação

**PRP**  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

**PRE**  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



**Universidade  
Estadual de Goiás**



## AS COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS.

**Nathalia Pereira Borges (PG)** [nathaliaperei@aluno.ueg.br](mailto:nathaliaperei@aluno.ueg.br)

**Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto (PQ)** [sylvanabn@ueg.br](mailto:sylvanabn@ueg.br)

Este trabalho de pesquisa, em elaboração, inscrito no PPGE – UEG (Mestrado em Educação) na Linha de Pesquisa Trabalho, Estado e Políticas Educacionais, discute as políticas de cotas raciais no acesso à Universidade Estadual de Goiás – UEG e tem como problema: como acontecem os embates político-ideológicos na disputa pelas vagas direcionadas às cotas raciais no acesso à educação superior pública brasileira e na UEG? Parte da análise da política de cotas raciais e visa evidenciar o jogo político em torno das ações afirmativas, advindas do atual cenário político brasileiro. O objetivo geral é compreender os embates político-ideológicos na disputa pelas vagas direcionadas às cotas raciais no acesso à educação superior pública brasileira e na UEG. A abordagem metodológica será qualitativa, com levantamento bibliográfico e análise documental a partir da teoria praxiológica de Bourdieu. Será utilizado o estudo de caso como metodologia, a ser realizado na Universidade Estadual de Goiás – UEG, com coleta de dados em documentos oficiais e entrevistas. Por tratar-se de uma pesquisa inicial, os dados encontrados até o momento apontaram tensões entre os grupos políticos na disputa pelas cotas raciais na atualidade, além de apontar a UEG como uma das universidades pioneiras nas políticas de cotas raciais.

**Palavras-chave:** Cotas raciais. Políticas de Ações Afirmativas. UEG.

### Introdução

A pesquisa justifica-se por sua temática socialmente relevante nas últimas décadas, por conquistar direitos legais de cotas no acesso às universidades públicas (Lei nº 12.711/2012) e outros direitos importantes para a diminuição das desigualdades raciais no país. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711, 2012), alterou o quadro de discentes das universidades públicas, ofertando oportunidade de ascensão educacional a pessoas negras e vulneráveis economicamente.

A pesquisa propõe-se a compreender os embates político-ideológicos na



disputa pelas vagas direcionadas às cotas raciais no acesso à educação superior pública brasileira e na UEG. E, mais especificamente, os fundamentos e a história das ações afirmativas no acesso ao ensino superior público brasileiro e seu processo de implementação na UEG; identificar as disputas políticas e ideológicas a partir da análise da legislação produzida nacionalmente e no Estado de Goiás, com ênfase na UEG, sobre as políticas de cotas raciais no acesso à educação superior pública; e analisar as percepções de estudantes cotistas da UEG acerca das políticas de cotas raciais.

### Material e Métodos

Para o estudo qualitativo, com levantamento bibliográfico e análise documental utilizaremos como metodologia o estudo de caso a ser realizado na Universidade Estadual de Goiás com coleta de dados em documentos oficiais (site planalto) e entrevistas. A pesquisa será embasada na concepção praxiológica de Bourdieu. Será feito o levantamento bibliográfico na biblioteca da UEG, UFG, IFG e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em sites de periódicos e revistas eletrônicas brasileiras como: SCIELO, RBE, Cadernos PENESB, ABPN, IPEA, entre outros; utilizando as palavras chaves: Ações Afirmativas, Ensino superior, Cotas raciais, UEG. O levantamento documental será feito no site da Câmara dos Deputados e do Planalto, nas bases de dados oficiais da UEG, em que serão selecionadas leis, documentos oficiais e regimentais necessários ao estudo. As entrevistas semiestruturadas serão aplicadas nas unidades de Anápolis, por serem as maiores unidades da UEG, com perguntas direcionadas aos estudantes cotistas, não cotistas, aos gestores pertinentes [Coordenadores das duas unidades de Anápolis e ao coordenador(a) da Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas da Universidade Estadual de Goiás (CAPC)].



Busca-se apreender os embates político-ideológicos que giram em torno da Política de cotas raciais tanto em âmbito nacional (macro) quando em âmbito institucional (micro), sendo a UEG escolhida enquanto lócus de pesquisa por ser uma das universidades pioneiras na adoção de PAA desde 2007. Nesse sentido, as questões que pretendem ser respondidas durante o desenvolvimento da pesquisa são: Como se deu a disputa e a efetivação das políticas de cotas raciais no Brasil? Como foi o processo de disputa e implementação das políticas de cotas raciais na UEG? Quais são as percepções de estudantes cotistas da UEG acerca das políticas de cotas raciais? As cotas raciais atingiram seu objetivo inicial? Qual é o melhor caminho para avançar na garantia do acesso de estudantes negros à universidade pública?

## Resultados e Discussão

O tema em questão, parte da concepção de que a universidade pública possui um passado recente marcado pela elitização do seu acesso. Este fato é justificado pela desigualdade de oportunidades de acesso e permanência na educação em geral, que por vias históricas, é desigual entre os brasileiros. Tal desigualdade advém de uma história nacional marcada pela dominação do povo europeu sobre os povos indígenas e africanos; dominação que submeteu a população indígena e africana à situação de escravidão por séculos. Tal condição remeteu também a uma posterior exclusão da população negra na sociedade (THEODORO, 2008); partindo da ideia de que após a abolição da escravatura, os direitos básicos à sobrevivência humana foram renegados à essa população, incluindo o direito à educação.

O acesso à educação para a população negra foi resultado de conquistas graduais por parte do movimento negro, sendo o direito de acesso ao ensino superior, uma conquista “recente”, que surgiu a partir das políticas de ações afirmativas - PAA. As ações afirmativas consideram a vulnerabilidade latente a que



certos grupos se encontram, refletindo nas desigualdades sociais. As ações afirmativas partem do reconhecimento de grupos discriminados historicamente, para poder discriminá-los positivamente, no sentido de promover, acabar com as desigualdades a médio ou longo prazo.

As ações afirmativas são então, políticas compensatórias das desigualdades sociais aferidas a grupos específicos, em busca da igualdade substantiva através da promoção de igualdade de oportunidades e da discriminação positiva; que inclui ao processo meritocrático, formas de ascensão de grupos desfavorecidos socialmente. Desse modo, as PAA são necessárias enquanto houver desigualdades e exclusão de certos grupos do acesso aos bens sociais, portanto, são políticas paliativas que visam sanar as desigualdades em um determinado espaço de tempo.

Diante do crescente número de IES aderindo à reserva de vagas, foi aprovada em 2012 a Lei nº 12.711, constitui-se enquanto uma PAA que regulamentou a reserva de vagas e tornou-a obrigatória nas instituições públicas de educação superior e nível médio técnico federal, garantindo acesso às vagas da educação superior aos estudantes negros, indígenas e quilombolas, dentre outros critérios socioeconômicos.

### Considerações Finais

A pesquisa traz intencionalidades, por tratar-se de uma pesquisa em fase inicial, que pretende a partir da base aqui exposta, analisar as disputas político-ideológicas em torno das cotas raciais, inicialmente, a âmbito legislativo nacional. Porém, a pesquisa estendeu-se e foi delimitada à UEG enquanto uma das universidades pioneiras na política de cotas raciais e pouco estudada e compreendida enquanto tal. Desta forma faz-se necessário a interpretação do atual cenário político compreendendo enquanto campo de disputa, assim como a interpretação das relações interpessoais que se encontram os agentes políticos politicamente e institucionalmente.



## Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás– FAPEG, pela concessão da bolsa para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação da Universidade Estadual de Goiás (PPGE/ UEG/Inhumas), por todo esforço e dedicação à formação de pesquisadores comprometidos com a construção do conhecimento.

## Referências

BRASIL. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2020.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. IPEA, 2ªed. Nov. 2008.

## REALIZAÇÃO

**PRG**  
Pró-Reitoria de  
Graduação

**PRP**  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

**PRE**  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



**Universidade  
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## CONCEPÇÕES DE IGUALDADE DE GÊNERO DAS ALUNAS E ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEG INHUMAS 2022.2

Viviane Rosa da Silva<sup>1</sup> (PQ)

ppge@ueg.br

**Resumo:** Este trabalho busca investigar quais são as perspectivas e concepções que as alunas e alunos concluintes dos cursos de Pedagogia (2022/2) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) do câmpus Inhumas com relação a discussão/temática igualdade/desigualdade de gênero, e como a matriz curricular do curso contribui ou não para a formação destas alunas e alunos, assim como as políticas educacionais referentes à formação de professores. Procurando Identificar qual são os princípios/concepções das alunas e alunos concluintes dos cursos de Pedagogia trazem referente a igualdade/desigualdade de gênero na sociedade e na educação. Analisando a matriz curricular, se alguma das disciplinas ofertadas no curso de pedagogia, contribui, ou não, para o alargamento e melhor compreensão dos concluintes, no sentido de que a questões de gênero impactam no processo formativo e na vida das crianças, e consequentemente na sociedade. Além de discutir a relevância da construção de uma sociedade com igualdade de direitos e também de condições para mulheres e homens, na perspectiva da educação formal/escolar da base ao ensino superior, especialmente na licenciatura em pedagogia, locus de profissionalizante de professoras e professores que estarão sistematicamente ligados à formação humana na perspectiva escolar institucional e social .

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Gênero. Currículo. Ensino Superior.

### Introdução

A ONU Mulheres (2015) aponta que mesmo que o processo de desigualdade entre homens e mulheres se dê nos âmbitos social e cultural, ainda há o pensamento, no senso comum, de que ele é definido pela condição biológica de ambos, no sentido de que as mulheres fossem “menos capazes”. A desigualdade salarial entre os sexos no Brasil como apontou uma pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 2009 ainda é muito grande, ela mostra que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as faixas-etárias, tipos de empregos, empresas e níveis de escolaridade, mesmo que estaticamente, segundo o IBGE (2018), elas têm maior

<sup>1</sup> Viviane Rosa da Silva mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Goiás, unidade Inhumas. Email: vivainers@hotmail.com.



nível de escolaridade atualmente.

Um dos fatores que justificam essa desigualdade é a jornada dupla de trabalho condicionada às mulheres, o trabalho renumerado e o doméstico (não renumerado), este último envolvendo a esfera do cuidado, que com frequência é majoritariamente atribuído a elas, como a responsabilidade integral de cuidar dos seus familiares, especialmente os filhos. É importante ressaltar aqui que não consideramos o cuidado como algo ruim, muito pelo contrário, entendemos que ele é extremamente importante para a manutenção da vida e da sociedade, no entanto, Marcondes (2014, p. 81) explica que com a inserção das mulheres no mercado de trabalho elas passaram a viver o fenômeno da dupla presença, por meio do trabalho formal renumerado e do doméstico sem remuneração e “[...] os resultados são tanto a sobrecarga, quanto um padrão diferenciado de inserção no mercado de trabalho, uma vez que este novo papel deve adequar-se às velhas responsabilidades”.

Isto é, as mulheres mesmo tendo acesso à educação, maior nível de escolaridade e ocupando importantes postos de trabalho, ainda são as principais provedoras do cuidado com o lar e a família e tem sua remuneração salarial inferior ao dos homens. Nessa perspectiva Silvia Federici (2021, p.26) esclarece que a nós mulheres “não nos oferecem apenas o “direito de trabalhar” [...] e sim o direito de trabalhar mais, o seja, o direito de ser mais exploradas”. A autora defende que a exploração do trabalho doméstico é uma das ferramentas de manutenção da exploração do trabalho renumerado no capitalismo, e que o trabalho doméstico realizado por mulheres em seus próprios lares, portanto, também deveria ser renumerado, pois não é um trabalho menos importante, além de ser fundamental na exploração da força de trabalho dos homens.

Ferreira (2015, p. 277) nos traz que “a crescente presença feminina no mercado de trabalho e nas instituições escolares é uma realidade desde o século passado, resultado das transformações conjunturais, pelas quais passaram e ainda passam a sociedade brasileira”. Porém mesmo que a mulher tenha ocupado cada vez mais os espaços escolares o seu lugar ainda não é o mesmo que o dos homens, pois enfrentam mais obstáculos durante sua formação escolar e profissional além de na maioria das vezes receber salários menores, o que evidencia a desigualdade enfrentada pelas mulheres, por causa do seu “gênero”.

Joan Scott (1990) considera que o termo gênero inclui as mulheres sem as nomear, e justifica a utilização de gênero, pois o termo debate as relações sociais dos



sexos, e indica construções sociais. Grande parte das mulheres na história da humanidade deixaram ou nem frequentaram a escola devido a circunstâncias ligadas ao lar e à família, sob o discurso patriarcal de que estes lugares seriam o único espaço cabido a elas.

No entanto, no último século esta situação vem mudando e a mulher vem alcançando maior elevação do grau de escolaridade e profissionalização, para se inserir no mercado de trabalho e/ou em busca de melhores condições de vida, trabalho e/ou renumeração, pois boa parte delas são as únicas ou principais responsáveis pela manutenção da casa e renda da família. Embora como já dito aqui ainda trabalham mais e tem menor renumeração salarial.

### Material e Métodos

O método de pesquisa utilizado neste trabalho será o qualitativo, que se realizará por meio de um estudo de caso, utilizando como recursos metodológicos: o levantamento de dados através de questionários, grupo focal; se possível, além de levantamento da literatura sobre a temática. Lüdke e André (1986) entendem que a pesquisa qualitativa discorre de uma situação natural, traz muitos dados descritivos, é aberta e flexível e tem foco na realidade de maneira complexa e contextual.

### Resultados e Discussão

O trabalho não é algo novo na realidade da mulher, porém historicamente quase sempre esteve ligado ao serviço doméstico, de acordo com Michelle Perrot (2006, p.109) “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem doméstica, da reprodução, não valorizado, não remunerado. A sociedade jamais poderia ter tido continuidade, ter-se reproduzido e se desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é “invisível”.

Nesta lógica, a mulher trabalhadora de maneira geral, realiza dupla atividade de trabalho, dentro de casa e fora dela, e com isso para além da própria duplicação do trabalho em si, ela é também explorada em dobro pelo capital, pois executa o trabalho fora do lar e ainda dedica horas do seu tempo diário no trabalho doméstico,



o que segundo Antunes (2009, p. 108) “possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.” Sem essa dupla exploração a estrutura reprodutiva do capitalismo estaria fragilizada, no sentido de que é na exploração do trabalho que esse modelo socioeconômico se sustenta.

Apple (1999) também nos ajuda a entender que a maior parte dos modelos de educação estão pautados numa lógica empresarial/neoliberal e reforçam as desigualdades sociais, e isso se dá pela relação entre política e economia, sob as divisões de classe, raça e gênero na qual o currículo é diretamente impactado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a formação de professores, instituído em 2015, buscaram garantir políticas públicas na luta contra violência na escola, no sentido de ter como objetivo a formação de docentes que identifiquem e combatam práticas de violência sexual e doméstica por meio de ações educativas com suas alunas e alunos, sempre pautadas em uma educação para a paz e dignidade humana e num ambiente escolar seguro com promovendo a importância dos direitos humanos e respeito entre os gêneros e os sexos.

### Considerações Finais

Compreendemos a partir desta breve análise feita aqui que as relações de poder estabelecidas não apenas influenciam como podem ser também fator determinante na construção da sociedade, como temos acompanhado historicamente. Assim se faz necessário estarmos atentos de como e sob quais condições essas relações, especialmente aqui nesta pesquisa as de gênero, se constituem e se entranham na educação atravessando também as políticas educacionais e o currículo numa perspectiva de conformação e aceitação como meio, mas também como finalidade na manutenção da sociedade nos moldes em que se encontra pelas égides do capitalismo. E claro, considerando que as políticas educacionais voltadas à diversidade, sexualidade e gênero na formação de professores se estabelecidas e garantidas juntamente com outros direitos sociais, podem ser um caminho de esperança e mudança deste cenário, para que, quem sabe, um novo modelo de sociedade, mais justa e humana seja consolidado.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Referências

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ricardo, São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

APPLE, Michael. **Educando à direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Corte: Instituto Paulo Freire, 1999.

BRASIL, IBGE. **Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação**. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206)> Acesso 01 de novembro de 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário, notas sobre Marx, Gênero e Feminismo**. São Paulo: Boitempo o, 2021.

FERREIRA, Maria José de Resende. **Relações de gênero e escolarização: o percurso formativo do público feminino da Educação de Jovens e Adultos na educação profissional**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização**. In: Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Org: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Maria Betânia Ávila, 1990. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo. Contexto, 2006.

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



## CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO 4.0 E AS AULAS REMOTAS NO CURSO DE PEDAGOGIA: contextos emergentes

**Borges, Nay Brunio<sup>1\*</sup>** (PG)

e-mail: nay.borges@ueg.br

**Kochhann, Andréa<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> (PQ), Programa de pós-graduação em Gestão Educação e Tecnologias, UEG, Unidade de Luziânia;

<sup>2</sup> Orientador/tutor, Programa de pós-graduação em Gestão Educação e Tecnologias, UEG, Unidade de Luziânia.

### Resumo:

O objeto desta pesquisa é a Educação 4.0, delimitado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, campus oeste – sede São Luís de Montes Belos, considerando a pandemia (2020-2021) na concepção dos alunos do curso. Apresentou-se como problemática: Quais os limites e possibilidades da educação 4.0 no curso de pedagogia do campus oeste - sede São Luís de Montes Belos Universidade Estadual de Goiás? O objetivo geral da pesquisa foi analisar os limites e possibilidades da Educação 4.0 no curso (locus pesquisa). Os objetivos específicos assentam-se desde a realização de estado da arte até a análise da concepção dos alunos frente a temática. A pesquisa se justifica pela situação de emergência mundial, bem como, pela necessidade de compreender esse movimento, tanto no tocante à formação quanto trabalho docente. Os conjuntos e processos empregados na pesquisa aproximaram-se do materialismo histórico-dialético, a mesma é de natureza aplicada, cujos objetivos são explicativo-analíticos, numa abordagem quantiquantitativa com procedimentos de análise bibliográfica e estado da arte, documental e com estudo de caso com aplicação de questionário misto. Espera-se que, os resultados obtidos possibilitem mudanças no modo de pensar as estratégias, metodologias bem como as tomadas de decisões em relação à formação docente na UEG.

Palavras-chave: Tecnologias. Protagonismo estudantil. Aulas Remotas. Acesso e saber.

### Introdução

O tema desta pesquisa fora a Educação 4.0 e suas contradições, delimitado no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, campus Oeste – sede São Luís de Montes Belos, considerando a pandemia (2020-2021) na concepção dos alunos do curso quanto ao uso das tecnologias nesse contexto. A Educação 4.0 que vem se tornando cada vez mais discutida em textos, pesquisas e eventos e que a partir do início de 2020, impulsionada pela pandemia, apresentou-se nas reverberações como pertencente ao movimento educacional no âmbito brasileiro, embora já fosse a muito discutida em outros países (FUHR, 2019), não é o



que em geral acontece dos territórios em desenvolvimento.

A pesquisa gira em torno do eixo norteador: quais os limites e possibilidades da Educação 4.0 no curso de Pedagogia do Campus Oeste - sede São Luís de Montes Belos da Universidade Estadual de Goiás? Para responder a essa pergunta, elegeram-se como objetivos específicos norteadores: 1. realizar o estado da arte da temática dos últimos 05 anos no banco de teses e dissertações CAPES, 2. historicizar Educação 4.0, 3. discutir Educação 4.0 e suas metodologias, 4. contextualizar a pandemia no mundo, no Brasil, Goiás e em São Luís de Montes Belos, 5. apresentar a UEG e o curso de Pedagogia, 6. compreender como a Educação 4.0 está posta no currículo do curso e 7. analisar a concepção alunos sobre a temática. A hipótese foi que os limites são as dificuldades de acesso e saber e as possibilidades dizem respeito ao aluno enxergar-se protagonista do seu aprendizado.

Os objetivos da pesquisa se configuram por dois eixos: Educação 4.0 e aulas remotas, com quatro subeixos transversalizados: acesso, saber, formação e metodologias, que se aproximam quanto às aulas remotas, mas que se distanciam quando a Educação 4.0, uma vez que os mesmos são ancorados pela contradição dos limites e possibilidades. Sobre o acesso pode-se analisar também as nuances relacionadas ao saber, visto que existem fatores relacionados ao acesso que impelem no saber e também podem ser compreendidas como determinantes para o saber.

## Material e Métodos

A pesquisa aproxima-se do materialismo histórico dialético pois se considera o contexto histórico, político, bem como a contradição, a totalidade e a mediação para estudo/análise do objeto. Ou seja, parte-se do princípio de que para estudar um assunto nessa perspectiva, é preciso considerar seus movimentos, suas transformações que ao longo do tempo se mostram, se constroem, considerando as múltiplas determinações do objeto, partindo da síntese e chegando à síntese. Nesse contexto, a de se compreender que, explicar as coisas/acontecimento/modificações precede ao estudo, análise histórica, utilização, constituição, modificações, bem como, as relações com as coisas e humanos (DEMO, 1995).

Conforme Kochhann (2019), Marx não apenas discutiu o trabalho na perspectiva de princípio educativo, ele apresentou as reverberações necessárias para que Gramsci (1995) vá



além, de modo a apresentar a influência da relação pedagógica no trabalho. Entretanto, conforme a autora, ambos apresentam ideias que convergem e se completam, em especial, quando discutem a consciência não como fator espontâneo, pois a educação é o caminho pelo qual se constrói a consciência.

A pesquisa é de natureza aplicada, cujos objetivos são explicativo-analíticos, numa abordagem qualitativa com procedimentos de análise bibliográfica e estado da arte, documental e com estudo de caso com aplicação de questionário misto. A pesquisa é de natureza aplicada, com intenção de propiciar novas reflexões e conhecimentos acerca do objeto.

## Resultados e Discussão

Para Castells (1999), é preciso ampliar os horizontes, uma vez que, as mudanças se fazem necessárias, quando uma determinada resposta foi cunhada em modelos de épocas e contextos diferentes dos atuais, deste modo, as tecnologias no campo educacional são entendidas pela premissa da necessidade das novas “categorias intelectuais”. A cerca da pesquisa pode-se dizer que, em se tratando das inquietações iniciais pode-se dizer que o tema Educação 4.0 vem sendo abordado nas pesquisas de modo a considerar o campo educacional, a formação de professores, o uso das tecnologias dentro de um contexto de Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0. No entanto, as abordagens mostram divergentes a forma, conteúdo e concepções de Educação 4.0.

O distanciamento social, imposto pela pandemia do Covid-19, trouxe à tona questões que permeiam a utilização das ferramentas educacionais de cunho tecnológico, a necessidade de reestruturar práticas de ensino numa perspectiva praxica, na qual a teoria seja sempre revista pela luz da prática, bem como a prática seja questionada mediante a teoria (KOCHHANN, 2019, GRAMSCI, 1982). Fatores como estes, denotam a necessidade de discutir aspectos como tecnologias digitais (plataformas, aplicativos para fins educativos), cultura social e, conseqüentemente, a formação, atuação e subsídios ofertados a esses professores, bem como o acesso e saber.

No sistema de aulas remotas, o processo de conscientização e de adaptação por parte dos alunos e professores para uso das ferramentas, que outrora eram usadas, em geral, para o



entretenimento e que devido ao anúncio da pandemia, tornaram-se essenciais a sua prática profissional e de formação. Tal fato fez com que docentes e discentes ressignificassem o modo de utilização das novas tecnologias, as mesmas tornaram-se ferramentas para auxílio imediato e inevitável para que o currículo e calendário dos cursos fossem cumpridos, dado às necessidades de isolamento social imposto pela pandemia.

Tais fatores sugerem a iminência de que as tecnologias digitais viabilizam o surgimento e/ou ampliação dos ambientes de aprendizagem, que podem de modo paralelo se correlacionar com os ambientes nos quais existe a vivência concreta, presencial. Deste modo, vivenciar os enfrentamentos do cenário educacional e considerando a perspectiva da possível Educação 4.0 no contexto das aulas remotas, faz iminência à necessidade de uma análise crítica quanto a relação da educação e as tecnologias, tal qual e não menos importante a compreensão das caracterizações que permeiam o meio, considerando o sujeito como humano e necessário nesse processo.

### Considerações Finais

Partindo dos dados e análises feitas até o presente, infere-se que no esboço organizacional é perceptível que a educação principalmente impulsionada pela pandemia, vivenciou e vivencia uma transição que tira o professor do centro do processo de aprendizagem, esse processo passa a ser compreendido no coletivo, pautado na produção continua e troca mútua de informações, bem como utilização de inteligência coletiva, uso de ferramentas digitais, metodologias ativas, novo perfil de profissional, bem como instituições de ensino que repensem suas propostas de ensino e aprendizagem.

### Agradecimentos

A UEG pelo fomento a pesquisa, a ciência pela possibilidade de termos vacina, a minha orientadora pelo suporte.



## Referências

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

FRIGOTTO, G. PRODUTIVIDADE DA ESCOLA IMPRODUTIVA 30 ANOS DEPOIS: REGRESSÃO SOCIAL E HEGEMONIA ÀS AVESSAS. **Trabalho Necessário**. Ano 13, Nº 20/2015. Issn: 1808 - 799X ano 13, número 20 – 2015. Disponível em: [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario). Acesso em: 15 de set. 2020.

FUHR, R.C. **Educação 4.0 e seus impactos no século XXI**. V Congresso nacional de Educação -CONEDU, 2018. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD4\\_SA19\\_ID5295\\_31082018230201.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID5295_31082018230201.pdf). Acesso em março de 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais da cultura**. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

KOCHHANN, A. **Formação docente e extensão universitária: tessituras entre concepções, sentidos e construções**. 2019. 548 f., il. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



## EDUCAÇÃO FÍSICA X PSICOMOTRICIDADE: UM DUELO OU UMA PARCERIA PARA SE TRABALHAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Mayara Pereira dos Santos<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Goiás

**Resumo:** Este artigo discute a relação existente entre a educação física e a psicomotricidade na educação infantil, a fim de compreender se essa inter-relação se instaura como duelo ou parceria nas práticas pedagógicas. Para isso, por meio de uma revisão bibliográfica, apresentamos o histórico da educação infantil, seus objetivos e conceitos, perpassando pelas funcionalidades da educação física e da psicomotricidade. Em seguida problematizamos e discutimos a realidade da disciplina que cuida do movimento na educação infantil. Por último, levantamos as possibilidades de uma parceria ou se realmente há um duelo, no qual não se encontra a possibilidade de utilizar as duas abordagens para concretizar um trabalho pedagógico na educação infantil. Concluímos então que o duelo existe, mas quando a psicomotricidade e a educação física são trabalhadas em comum parceria nas aulas tem resultados significativos ou quando o professor tem a liberdade de escolher qual o momento utilizar uma ou a outra, a criança só tem a melhorar o seu rendimento e sua aprendizagem.

**Palavras-chave:** Movimento. Corpo. Desenvolvimento, Criança.

### Introdução

Segundo Kramer (1982, p.27) quando surgiram as instituições infantis, desenvolvia-se um trabalho apenas assistencial, ou seja, de cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam, preocupavam-se apenas com a alimentação, higiene e segurança física delas. Esses espaços institucionalizados de convivência da criança funcionavam apenas como um depósito para esperar que elas chegassem à idade adulta (principal fase), com intuito de fornecer mão de obra às indústrias, nesse caso a infância era apenas uma passagem, a criança (apesar do nome diferente) era um adulto em miniatura. Essas instituições afirmavam que as crianças permaneciam na classe social em que nasciam, logo filhos de operários, operários seriam, não educavam, apenas reforçavam a subordinação, não tinham nenhum compromisso com os aspectos motores, cognitivos e afetivos da criança e muito menos as instigavam a mudar de classe social.

O papel da educação infantil também não é o de preparar a criança para o futuro, e, muito menos, resume-se em apenas alfabetizá-la, cuidando somente da

---

<sup>1</sup> (FM), (PG).  
mayara.pesantos@hotmail.com



parte pedagógica, Freire (2009, p. 18) ressalta que se assim o fosse se condenaria eternamente a ser pobre como instituição e não atenderia as necessidades globais da criança, pois nessa faixa etária a criança tem uma aprendizagem muito mais emocional, sensível e motora do que o intelecto pelo intelecto.

Segundo a LDB 9394/96 a educação infantil tem a finalidade de desenvolver integralmente a criança até seis anos de idade. Deve trabalhar os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais da criança, completando a ação da família e da comunidade, tem a necessidade de enxergar a criança como um ser pleno e não fragmentado. Precisamos ressaltar que em nenhum momento a educação familiar será substituída, o objetivo da educação infantil não é o de sobrepor uma a outra. A família tem um papel importantíssimo na educação da criança e a escola irá apenas complementar e integrar a ação dela e da comunidade nesse processo.

Negrine (1994) recomenda que o profissional para se trabalhar na educação infantil deve compreender as teorias que tratam o desenvolvimento infantil, que ela é a referência para o trabalho pedagógico. (p. 26-28)

## Discussão

### A Educação Física Na Educação Infantil

Desconhecida por muitos, praticada por alguns e defendida por poucos, a educação física vem através dos anos procurando a oportunidade de integrar o processo educacional como atividade curricular regular. Bela na sua forma, rica no seu conteúdo e expressiva na sua utilização, esta atividade tem tudo para se tornar, quando convenientemente ministrada, um eficiente processo de educação da nossa juventude e também das nossas crianças. (FRAUSINO, 2004, p. 163)

A educação física é rica na sua essência, lida com o primeiro conhecimento que adquirimos, o corporal. Ela nos ensina a tomar consciência do nosso corpo e a viver corporalmente. Antes mesmo de aprender a linguagem oral a criança conta os



seus segredos mais ocultos, suas angustias e medos pela linguagem corporal, visto que é através do corpo que a criança aprende a primeira linguagem e então descobre o mundo, a si mesma, as suas capacidades, o outro e aprende a se expressar.

Gonçalves (2016, p. 15) diz que a criança faz uso da linguagem corporal muito antes de qualquer outro tipo de comunicação, portanto a educação física deve se utilizar dessa linguagem para produzir aprendizagem. A criança aprende a ter algumas noções nessa faixa etária através do seu corpo em movimento e o professor deve levar isso em consideração como um fator motivador e facilitador para que ela aprenda outros conteúdos.

### **A Psicomotricidade e suas Intervenções**

É por meio da atividade motora que a criança vai construindo um mundo mental cada vez mais complexo, não apenas em conteúdo, mas também em estrutura. O mundo mental da criança, devido às ações e interações com o mundo natural e social, acaba por apresentar essas realidades por meio de sensações e imagens dentro de seu corpo e de seu cérebro. Primeiro pela intervenção de outras pessoas, que atuam como mediadoras entre a criança e o mundo; depois pelos sucessos e insucessos da sua ação, ela vai adquirindo experiências que virão a ser determinantes no seu desenvolvimento psicológico futuro. (FONSECA, 2004, p. 131)

É pelo movimento que a criança conhece a si mesma, conhece os objetos, as pessoas e o mundo a sua volta, é por ele que ela age no mundo estabelecendo vínculos. O conhecimento cognitivo é fundamentado na função motora e é com a aprendizagem gradativa do movimento que o intelecto vai se aprimorando, portanto, quanto mais estimulada no aspecto motor for a criança, maior será a base para o desenvolvimento da cognição. A psicomotricidade acredita que um depende do outro, não sendo possível separá-los, em alguns casos ocorre o desmembramento apenas para intuito de estudos.

Gonçalves (2016, p. 85) diz que a psicomotricidade é uma ciência que estuda o indivíduo por meio do seu movimento e a ação desse movimento compreende o aspecto motor, afetivo e cognitivo, sendo ainda o resultado da relação do sujeito



com o seu meio social, isto posto, o ato de movimentar-se é a junção e concretização dos aspectos psicomotores. Ela ainda acrescenta que a psicomotricidade enxerga o sujeito em sua totalidade, não existindo a possibilidade de separação do corpo (cinestésico), sujeito (relacional), a afetividade e o social, por isso ela busca estabelecer um equilíbrio por meio do movimento entre a organização motora, cognitiva e sócio-afetiva do sujeito, oferecendo possibilidades para que ele se localize no ambiente, que encontre o seu espaço e por ultimo se identifique com o meio onde está inserido.

### Considerações Finais

Percebemos então que o duelo entre as duas áreas de fato existe, por isso há uma disputa para definir qual das abordagens utilizar na educação infantil. Alguns professores utilizam às abordagens da psicomotricidade e outros as abordagens da educação física, logo esses professores ainda não acreditam na possibilidade de um trabalho mútuo.

A educação física nasceu no esporte, seus conhecimentos iniciais eram tecnicistas, biologicistas e até militares, mas é uma área que não se acomodou com o tempo e mudou a forma de olhar para o ser humano, deste modo enxerga ele hoje de forma globalizada. Atualmente as aulas de educação física não prioriza a técnica pela técnica ou a técnica apenas para se ensinar algum esporte, mas se vivencia as práticas corporais para ser e viver o corpo, criando uma qualidade de vida corporal satisfatória, ou seja, experimentou diversas formas de movimentos.

A psicomotricidade por outro lado, nasceu para auxiliar crianças com dificuldades de aprendizagem, com distúrbios psicomotores e ainda com desempenho psicomotor abaixo do esperado, foi reeducação e terapia até se formar como área pedagógica e passar a intervir também na área da educação, se opondo a educação física, inclusive pela forma de enxergar o corpo, desde o seu surgimento



acredita em um ser humano global, integrado e impossível de ser dissociado.

Enquanto a educação física destacava as crianças com facilidade e menosprezava as crianças com dificuldade motora a psicomotricidade se fortalecia atuando com crianças com problemas psicomotores e acreditava tanto na criança com dificuldade quanto na criança com facilidade.

O trabalho pedagógico na educação infantil deve ter como ponto de partida a criança, ela precisa ter contato e vivenciar várias práticas, expressões e linguagens corporais para construir as suas experiências corpóreas. Precisamos lembrar sempre que é pelo movimento que a criança se conhece, conhece o outro e conhece o mundo a sua volta, portanto a psicomotricidade e a educação física trabalhando juntas só tem a contribuir com o desenvolvimento pleno da criança.

## Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, N. 9394. Brasília, 20 de Dezembro de 1996.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade, perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRAUSINO, Neusa Maria Silva. A contribuição da psicomotricidade nas aulas de educação física: um estudo comparativo. **Estudos**, Goiânia: v. 31, n. 1, Janeiro 2004.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

GONÇALVES, Fátima A.. **Psicomotricidade & Educação física**: Quem quer brincar põe o dedo aqui. Cajamar: 2016.

KRAMER, Sônia. **A política do pré escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Cortez editora, 1982.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994. v. 1.



## FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS

**Monaliza Alves Lopes (PG)\*, Simone de Magalhães Vieira Barcelos (PQ)<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE); Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas.  
Av. Araguaia, 400, Vila Lucimar, Inhumas-GO. E-mail: lopesmonaliza11@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta, parcialmente, resultados da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas (PPGE-UEG/Inhumas), cujo tema é *Filosofia na formação de crianças*. A formação humana inicia-se na infância e supõe o movimento dialético entre passado, presente e futuro no que diz respeito à educação e a cultura construída historicamente pela humanidade. Ao considerar o exercício do pensamento como condição fundante da formação do homem reconhece-se que o trabalho do pensamento, o exercício filosófico participa da formação na Infância (de 0 a 12 anos). Sendo assim, formula-se como problema de pesquisa: compreender em que medida o exercício do pensamento participa da formação na infância. O objetivo geral é compreender o lugar da filosofia na formação na infância. Para tal, está em curso uma pesquisa bibliográfica ancorada em autores que se dedicam ao estudo da relação filosofia, educação e formação, autores que provocam a pensar a filosofia na formação da criança. Dentre esses autores, destaca-se: Chauí (2018, 2003, 2000), Coêlho (2012, 2009), Hadot (2014), Vernant (2022), além dos documentos que regulamentam a formação na Educação na infância, como por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (2019).

**Palavras-chave:** Infância; Filosofia; Formação humana.

### Introdução

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa *Filosofia na formação de crianças* que tem como objetivo central pensar a formação com vistas à autonomia. Assim, o trabalho do pensamento, o filosofar na infância é que está em questão. Frente a uma política de formação que, cada vez mais se rende ao ideário de uniformização e padronização, como por exemplo, o preconizado na Base Nacional Comum Curricular (2019), parece fundamental investigar a questão do lugar da filosofia na formação da criança. A formação humana inicia-se na infância e supõe o movimento dialético entre passado, presente e futuro no que diz respeito à educação e a cultura construída historicamente pela humanidade. Ao considerar o exercício do pensamento como condição fundante da formação do homem reconhece-se a importância de reconhecer que o exercício filosófico participa da



formação na Infância (de 0 a 12 anos). Sendo assim, formula-se como problema de pesquisa: compreender em que medida o exercício do pensamento participa da formação na infância.

### Material e Métodos

A presente pesquisa é de cunho teórico recorrendo a abordagem bibliográfica que, conforme Lakatos e Marconi (2009), é o tipo de pesquisa que refere-se ao conjunto de publicações sobre determinado assunto em revistas, livros, publicações em periódicos e imprensa escrita. Desse modo, a pesquisa bibliográfica oportuniza ao pesquisador uma aproximação qualificada do objeto de estudo. Dentre os autores estudados até o momento destacam-se: Chauí (2000, 2003, 2018), Coêlho (2012, 2009), Hadot (2014), Vernant (2022), dentre outros autores, além da BNCC (2019), documento que preconiza a regulamentação da formação na educação infantil.

O tema da pesquisa é complexo, pesquisar as questões do campo da educação e da formação não é tarefa fácil. “Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 05). Pensar o lugar da filosofia na formação da criança é, sobretudo, pensar a formação humana. É reconhecer que pensar é condição fundante do trabalho que se realiza na formação da criança.

### Resultados e Discussão

Pensar é uma ação indissociável da educação filosófica e, estimular este ato desde a infância contribui para o desenvolvimento do senso crítico da criança. De acordo com Chauí (2018, 2003, 2000) a filosofia é a não aceitação das coisas ordinariamente, quer dizer, é indagar o porquê das coisas, compreender as coisas para além da aparência. O exercício do filosofar desde a infância propicia à criança ir além do senso comum de modo a buscar saber o que é e como é. O exercício



filosófico é o movimento do pensamento que possibilita a reflexão sobre o mundo e sobre a existência humana.

Quando se fala em formação questiona-se o que seria. Furtado e Gallo (2020) realizam uma pesquisa sobre formação e revelam que, filosoficamente, a formação correlaciona com o bom e o belo. Formar relaciona-se com a forma. A formação intervém na realidade do ser humano.

Incorporar o universo cultural dos alunos e, ao mesmo tempo, questionar os interesses que permeiam esse universo, refletindo criticamente sobre os aspectos que segregam e impedem o acesso aos bens culturais comuns da humanidade é uma das formas possíveis de superação de um modelo centrado na transmissão e na apropriação dos saberes, ainda presentes em diversos contextos educativos, instituindo assim uma racionalidade dinâmica e vital que promova encontros no âmbito pedagógico e uma reflexão sobre a dinâmica da formação (2020, p. 313).

Coêlho (2012, 2009) argumenta que, na contemporaneidade o ensino educacional tem se preocupado, de modo intenso, com a preparação dos estudantes para a vida profissional. Dessa forma, a escola realiza suas atividades com o intuito de mostrar resultados, busca atender o que lhe é cobrado. O que tem imperado, na maioria das vezes, é uma perspectiva quantitativa. Assim, o pensar, o refletir, o questionar tem pouco espaço no processo educativo escolar.

O reducionismo do saber nas instituições escolares priva o estudante de movimentar o pensamento. Dado que, é cobrada a memorização dos conteúdos reduzidos com o objetivo de destaque posterior nas diversas avaliações, concursos, no mercado de trabalho.

Pensar é questionar a existência do mundo, do ser humano e das verdades ditas que se mostram como prontas. Ensinar é formar, é possibilitar que o outro se posicione frente às dicotomias do mundo. Conteúdo e forma se distinguem, o conteúdo informa algo, a forma constrói um sentido do que é trabalhado. A criança, ao filosofar, reconhece que o saber é inacabado, é trabalho do pensamento. É nesse movimento de busca pelo saber que a criança, desde muito pequena, inicia suas experiências de apreensão e transformação do real. O docente tem responsabilidade na formação da criança, no trabalho de provocar a criança a



filosofar. É pelo exercício do filosofar que a criança, aos poucos vai construindo sua autonomia.

### Considerações Finais

A presente pesquisa tem nos provocado a pensar a formação da criança, uma formação que pode acontecer por duas vias: a da domesticação e a construção da autonomia. O filósofo na infância possibilita à criança pensar sobre as coisas que estão à sua volta, mas também provoca o trabalho de compreensão sobre si mesma, sobre a realidade a qual ela está inserida. O exercício do pensamento é tarefa que se realiza desde a infância e isso todo professor deve reconhecer, pois essa realização depender fundamentalmente do trabalho do professor.

### Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás de Inhumas e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UEG de Inhumas por possibilitar a realização da pesquisa.

### Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003 nº 24. p. 5-15.

CHAUÍ, Marilena. Ensinar, aprender, fazer filosofia. In: **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Org. Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.



COÊLHO, Ildeu Moreira (Org). **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009.

COÊLHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola.** Campinas, SP: Mercado de letras, 2012.

FURTADO, Rita Márcia Magalhães; GALLO, Sílvio. Sobre a formação e o formar: desafios contemporâneos à universidade. *In: O pensar filosófico, a cultura e a formação humana: homenagem a Ildeu Moreira Coêlho.* Org. Sílvio Gallo et al. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?**. Tradução: Dion Davi Macedo. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf). Acesso em: 10 out. 2022.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego.** Tradução Ísis Borges B. da Fonseca. 26. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2022.

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



## **Identidade Bicultural e a Educação Bilíngue no contexto da surdez: um estudo dialógico<sup>1</sup>**

**Isadora Cristinny Vieira de Moraes\*<sup>2</sup>, Marlene Barbosa de Freitas Reis<sup>3</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás Unu Inhumas (PPGE/UEG/Inhumas)

**Resumo:** O presente recorte de pesquisa apresenta como tema a Educação Bilíngue-Bicultural no contexto da surdez. A questão problematizadora é a de: em que medida a Educação Bilíngue pode proporcionar desenvolvimento inclusivo à comunidade surda ao impulsionar desenvolvimento identitário e cultural? Tomamos como objetivo geral investigar análise de narrativas de pessoas surdas para identificar se há relevância na Educação Bilíngue no desenvolvimento cultural identitário e na superação de barreiras comunicacionais. O estudo configura-se em pesquisa com abordagem qualitativa, fenomenológica, bibliográfica e empírica, sendo desenvolvidas exploração teórica e proposta de pesquisa narrativa com participação de três pessoas surdas maiores de dezoito anos, independente de causas que ocasionaram a surdez, questões genéticas e grau de escolaridade. Fundamentamo-nos em autores e documentos legais como Brasil (2021), Strobel (2008), dentre outros. Os resultados preliminares apontaram que a educação no contexto da surdez precisa de investimentos a longo prazo que ratifique o que é ser surdo, que ancore sua existência baseada em fenômenos e experiências próprias da pessoa surda. O “bi” no contexto da educação de surdos precisa ser deslocado de significação do “entre” ao “além”.

**Palavras-chave:** Educação Bilíngue. Bicultural. Cultura Surda. Identidades Surdas.

### **Introdução**

Ao compreendermos cultura como modo de encarar o mundo e os sentidos a ele atribuídos, faz-se pertinente a exploração do processo de constituição dos sujeitos como seres partícipes da construção de suas próprias histórias, permeadas por aspectos que vivenciam em variados ambientes pelos quais necessitam ter contato ao longo de sua trajetória, representando à pessoa surda o mundo e cultura dos ouvintes e dos surdos. Nessa conjuntura, faz-se necessário, também, explorar questões identitárias que levem em consideração tal interação e intersecção que resulta em biculturalidade, tendo em vista as atualizações históricas e legislativas

<sup>1</sup> Recorte da pesquisa de mestrado e trabalho de dissertação em desenvolvimento.

<sup>2</sup> (PQ, PG). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). isacris2507@gmail.com.

<sup>3</sup> (PQ). Professora orientadora.



correspondentes à Educação Bilíngue – como a recente aprovação como modalidade de ensino independente com a lei nº 14191/21 (BRASIL, 2021).

O problema principal a ser explorado neste estudo é: “em que medida a Educação Bilíngue pode proporcionar desenvolvimento inclusivo à comunidade surda ao impulsionar desenvolvimento identitária e cultural?”. À vista disso, tem-se como objetivo geral analisar narrativas de pessoas surdas para identificar se há relevância na Educação Bilíngue no desenvolvimento cultural, identitário e na superação de barreiras comunicacionais.

Tal estudo pode expor a indissociável formação humana proporcionada pela língua em seu uso social pleno e o paradoxo identitário cultural. Uma educação realmente inclusiva fundamenta-se na multiplicidade humana; portanto, estudar e promover uma Educação Bilíngue pode ressignificar a representatividade dada à identidade bicultural da pessoa surda em favor da inclusão.

### Material e Métodos

A concretização da pesquisa se dá por meio dos procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica, e empírica. Dessa forma, com objetivo exploratório, finalidade reflexiva e problematizadora, propomos a realização de pesquisa empírica narrativa, fazendo a interpretação do meio social através da consciência dos participantes baseada em suas experiências de vida.

Podemos afirmar, então, que as narrativas combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos. Assim, “ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo, são também constitutivas de fenômenos sócio históricos específicos nos quais as biografias se enraízam” (MUYLAERT, JÚNIOR, GALLO, NETO, REIS, 2014, p. 196), ratificando a perspectiva de correlação dos fenômenos socioculturais.



## Resultados e Discussão

Quando indagamos o fazer educacional no contexto da surdez dialogicamente lançamos mão de exploração transversalizada por questões de estudos culturais, linguísticos, semióticos e, conseqüentemente, de estruturas e relações de poder existentes nas práxis educacionais as quais expõem a impossibilidade de pensar educação de forma neutra.

Refletir sobre a conceituação de Cultura Surda e relacioná-la ao fenômeno da educação indicam percepções gerais que convergem no pensar especificidades. Cabe-nos pensar Cultura Surda não como um conceito ou fenômeno fragmentado, mas como um fato socialmente construído que permeia o fazer humano e educacional das pessoas que com ela se identificam, se veem no meio social e atribui sentido ao que os cerca. Cultura como comunicação, identificação, diferenciação, dentre outros aspectos corrobora com o desenvolvimento educacional permeado por experiências linguísticas.

Strobel (2008) destaca esse fato ao expor que inúmeras vezes as pessoas surdas para serem considerados e integrarem espaços onde o ouvintismo se destaca, necessitam aderir o que a cultura ouvinte determina como “normal”, ou seja, a utilização de uma língua oral. Quando, na verdade, o desenvolvimento marcado por uma língua específica, em diferente modalidade, resulta em fator enriquecedor cultural e identitário. Assim, “simplesmente os sujeitos surdos têm seus modos de agir diferente de sujeitos ouvintes” (STROBEL, 2008, p. 22), que são fundamentalmente ancorados na especificidade linguística.

Diante o exposto, o respeito à pessoa surda, o assegurar de seus Direitos Humanos de maneira plena, dar-se-á por meio de seu reconhecimento político, cultural e identitário. Sob a ótica de que as identidades surdas são resultantes da visão da pessoa surda sobre si em relação à vida em sociedade, tendo a diferença linguística como fenômeno identitário marcante, é possível compreensão de que o privar ou incentivar à Língua de Sinais correlaciona o privar ou incentivar da



identidade e cultura dessas pessoas.

Ao refletirmos sobre educação das pessoas surdas, os fenômenos do bilinguismo e do bicultural expõe o necessário envolvimento de aspectos culturais para a formação integral dos sujeitos. Por meio da língua interpelada, edificada e transformada pela cultura, sistemas de representação e sentidos são relacionados à realidade social dos indivíduos, o que pode – ou não – compor um processo educacional mais significativo e efetivo. Os sistemas simbólicos que a língua carrega interlociona a interpretação de experiências às situações diversas da vida em sociedade. Desse modo, podemos ilustrar um processo cíclico, contínuo, dinâmico, em constante movimento que expõe a magnitude da significação que a defesa ao direito à Língua de Sinais, à Cultura Surda e à Identidade Surda tem no desenvolvimento da educação para as pessoas nela envolvidas.

Desse modo, compreender a correlação entre língua, cultura e identidade lança mão de uma investigação empírica das possibilidades e desafios que os desdobramentos desses fenômenos podem representar à comunidade surda que, historicamente, tem lutado e resistido em prol da superação de desigualdades e de reconhecimento das suas formas de existência. De acordo com o desenvolver da pesquisa é possível identificar o defendido sobre as interlocuções entre os fenômenos da cultura, educação e língua nos processos de constituição da pessoa surda, de apropriação humana e identitária, de relação dialógica e movimento. Um dos aspectos comuns narrados pelos participantes foi o de respeito à língua e cultura da pessoa surda pelos ouvintes. A questão de acessibilidade e inclusão é de responsabilidade de toda a sociedade, não somente aos que necessitam delas.

Perspectivas como essas se tornam ainda mais evidentes com o desenrolar da análise das narrativas coletadas, a qual está em processo de elaboração.

### Considerações Finais

Diante do estudo desenvolvido e exposto neste trabalho, podemos elencar considerações finais – ainda que preliminares – a fim de ratificar a perspectiva



defendida em relação ao desenvolvimento cultural e identitário de pessoas surdas, o qual perpassa diretamente questões relacionadas à língua e à educação com representações sociais, políticas e de poder. Desse modo, o bilíngue-bicultural precisa ser considerado além do aspecto linguístico puro. Apontamos, então, ao fato de que é necessário que a Educação Bilíngue transponha língua, cultura, identidade e resultantes desenvolvimento psicossociais para edificação de uma educação significativa, na qual o respeito a especificidades precisa ser pensado como possibilidade de romper com o não lugar, de romper com existência pautada no “entre” para “além”, como relações dialógicas em constante movimento de reconstrução e ressignificação.

### Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo suporte, apoio e incentivo concedido por meio da bolsa de mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás Unu Inhumas e contribuidores pelo trabalho desenvolvido em favor do avanço da pesquisa científica e da educação brasileira.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 14191**, de 03 de agosto de 2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MUYLAERT, C. J.; JÚNIOR, V. S.; GALLO, P. R.; NETO, M. L.; REIS, A. O. A.. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista Esc. Enferm. USP**, 2014.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

### REALIZAÇÃO

**PRG**  
Pró-Reitoria de  
Graduação

**PRP**  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

**PRE**  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



**Universidade  
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Jean-Jacques Rousseau: A Formação Ético Político e Educação

Letica Ferreira Pires\*<sup>1</sup> (PG), Liliane Barros Almeida (PQ)

ppge@ueg.br

Nessa pesquisa temos como objetivo discutir a Educação e suas relações com a formação ético-política a partir da leitura dos textos *Discurso Sobre a Origem e os fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, *Do contrato social*, *Emílio ou da Educação* de Jean-Jacques Rousseau. É preciso refletir sobre a educação e suas relações com a política, assumindo-a como prática humana. Defende-se uma educação democrática, como o dever de criar políticas públicas para que todos exerçam a plena cidadania, mesmo numa sociedade como a nossa em que vivenciamos cada vez mais a desigualdade e o autoritarismo. No contexto atual percebemos que há uma grande preocupação, com os aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos. Dessa forma, a prioridade educacional se volta muito mais à produção estatística de números que confirmam uma realidade maquiada. Os aspectos humanos, políticos e éticos são pouco considerados, ampliando assim a desigualdade social nas relações educacionais. Portanto, pensar uma educação equitativa e democrática torna-se complicado diante das prioridades que o capitalismo estabelece. A pesquisa compreende as perspectivas e possibilidades para uma educação que atenda às necessidades do ser humano e de sua emancipação, visando realizar uma reflexão sobre o real a partir das proposições postas nos escritos rousseauianos.

Palavras-chave: Democracia. Jean-Jacques Rousseau. Educação. Sociedade. Escola. Formação

---

<sup>1</sup> pires.pr.f.leticia@gmail.com



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Introdução

Nesse projeto temos a pretensão de realizar uma pesquisa sobre educação e formação humana na escola. Nossa sociedade atual está muito voltada para o aspecto mercantil e o lucro muitas vezes tem sido seu principal objetivo, que torna o ensino técnico, superficial e individualista. A sociedade segue o modo de produção capitalista e coloca metas lucrativas e competitivas, acima dos direitos sociais, políticos e civis, favorecendo, assim, o surgimento dos desafios enfrentados pela educação emancipatória, para o exercício da democracia.

Estudar as interfaces da educação, da formação e da democracia é de extrema importância, diante da realidade imposta pela sociedade industrial-capitalista. Lutar por uma educação de qualidade, que proporcione à população acesso a direitos fundamentais e uma formação integral baseada em princípios de igualdade e equidade, para a diminuição das desigualdades sociais, é muito relevante tendo em vista o desenvolvimento da sociedade.

A perspectiva da educação que busca a formação ético-política, não tem como princípio a escolarização, ou difusão da informação, nem mesmo a formação para os negócios, também não é a instrumentalização das crianças e jovens, para a inserção no mercado de trabalho. Longe disso, é principalmente a importância ética e política, do ser humano da sociedade, nos grupos e instituições. Em suma a realização da dimensão humana, que deve ser o sentido e finalidade da educação.



## Material e Métodos

Uma pesquisa tem a função de responder a uma inquietação do pesquisador, e para que se encontre essa resposta, há vários meios que são os tipos de pesquisa e as técnicas que são os instrumentos utilizados. Será feita uma pesquisa bibliográfica, para se compreender o legado teórico, as discussões em que o autor trabalha os conceitos básicos da pesquisa, pois o filósofo Rousseau possui obras que são de grande importância, para a compreensão, da formação da sociedade, do homem civil, da democracia a partir da concepção de uma formação baseada em princípios éticos e políticos, que preparam o cidadão para viver em sociedade.

Sendo assim será feito um levantamento bibliográfico, para se identificar as fontes a serem estudadas e um maior aprofundamento teórico para a obtenção de domínio sobre o tema. Este trabalho está aberto para modificações ao longo da pesquisa com possibilidade de novos caminhos. No decorrer do estudo temos a pretensão de realizar a leitura das principais obras de Rousseau, como já está em andamento a leitura do *Discurso Sobre a Origem e os fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, *Do contrato social*, *Emilio ou da Educação*. As obras de Rousseau serão o alicerce da pesquisa, mas serão inseridas obras de outros autores pesquisadores de Rousseau no decorrer da pesquisa.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Resultados e Discussão

Durante a iniciação científica e elaboração da monografia realizei minha pesquisa com o alicerce teórico em Rousseau, tendo em vista a democracia na perspectiva de Rousseau e a democracia na sociedade. A partir desse trabalho, me despertou a buscar pela pesquisa, com um aprofundamento no *Emílio ou da Educação*, para poder compreender a concepção de formação ética e política.

A projeto tem a pretensão de realizar uma pesquisa sobre educação e formação humana, como base no real contexto educacional, em que é valorizado muito mais o aspecto quantitativo. A sociedade muitas vezes, está mais voltada para o mercantil tendo o lucro como seu principal objetivo, o que torna o ensino técnico e superficial.

Diante de vários desafios contemporâneos que a educação está passando, dificilmente podemos pensar na possibilidade de uma formação humanizadora. Temos a possibilidade de produzir conceitos sobre educação, priorizando a liberdade, a humanização, a autonomia, a democracia e a cidadania. Também abordamos a liberdade, como condição para a democracia, esses dois termos estão intimamente ligados diante da reflexão proposta de educação democrática. Como a formação ético-política está sendo trabalhada na Educação?

## Considerações Finais

A pesquisa no momento está em andamento, estamos aperfeiçoando o projeto, ele está aberto a modificações. Nessa fase estou realizando as disciplinas do



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação. Junto com minha orientadora estamos realizando um estudo das obras de Rousseau, fazendo resenhas das obras para serem discutidas em nossos encontros, além das obras de Rousseau no decorrer das disciplinas também estão sendo estudadas outras obras que estão contribuindo para a compreensão filosófica da educação, da formação, da democracia e de muitos outros aspectos que envolvem a temática da minha pesquisa.

## Referências

NETO. Odorico Ferreira Cardoso. **O sentido da democracia e autonomia: a reinvenção da educação e da escola.** (2008). Revista da educação pública, Cuiabá, v. 17, n 35, p. 509-526.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** Nova Cultura Ltda. São Paulo – SP. 2005

ROUSSEAU, Jean-Jacques.. **Emílio ou da educação.** Martins Fontes. São Paulo – SP. 1995

ROUSSEAU, Jean-Jacques.. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens.** . Nova Cultura Ltda. São Paulo – SP. 2005

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Fundamentos Ético-Políticos da Educação no Brasil de Hoje.** In.: LIMA, Júlio César França (Org.). Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006.

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



## **O público e o privado na militarização das escolas estaduais em Goiás: a dicotomia e contradições das "contribuições "voluntárias"**

**Ana Paula Borges Chagas<sup>1</sup>, Miriam Fábria Alves<sup>2</sup>, Renata Ramos da Silva Carvalho<sup>3</sup>**

Universidade Estadual de Goiás, PPGE, Inhumas.

Resumo: Este resumo expandido é oriundo de um projeto de pesquisa a nível de mestrado em desenvolvimento que busca analisar o pressuposto da qualidade dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás \_CEPMG, a categoria de qualidade aqui está posta enquanto materialização de condições objetivas, como a criação e manutenção de biblioteca, compra de computadores e entre outras possibilidades. O problema desta pesquisa advém do questionamento de como os CEPMG se autoproclamam uma escola de qualidade e referencia, partindo assim da hipótese de que esse diferencial apresentado nasce de um financiamento distinto das demais escolas Estaduais, que recebe o nome de Contribuição voluntaria. A metodologia da pesquisa envolverá investigação e análise de documentos oficiais, como termos de cooperação técnica, decretos, portarias, notas técnicas nos sites oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Governo de Goiás e do Comando de Ensino da Polícia Militar, bem como o regulamento interno dos CEPMG. Objetiva-se assim analisar os documentos e as legislações que implementam e organizam os CEPMG. Para fundamentação teórica do projeto contamos, Miriam Fábria Alves, Mirza Seabra Toschi, Neusa Sousa Rêgo Ferreira, que analisam o movimento da militarização no país, Vera Peroni que realizam estudos a respeito da relação público-privado.

Palavras-chave: Financiamento. Escolas Militarizadas. Educação de qualidade. Público-privado.

---

<sup>1</sup> (PG) anapaulabchagasbchagas51@gmail.com

<sup>2</sup> (PQ)

<sup>3</sup> (PQ)



## Introdução

O presente resumo é proveniente de um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás, Campus Metropolitano, unidade Inhumas. Este projeto foi elaborado a partir da inquietação da frequente comparação de qualidade entre Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás \_CEPMG com as demais escolas estaduais. Essas comparações são postas de várias formas como se essas instituições tivessem mais qualidade, sem realizar uma observação minuciosa, deixando de levar em conta aspectos fundamentais como o modelo de organização, concepção de educação e o financiamento. Este projeto se debruçará sobre o último aspecto, buscando de maneira científica, analisar o impacto no incremento do seu financiamento por meio das contribuições voluntárias.

Sob o aspecto do financiamento será analisado a contribuição voluntária dos CEPMG, que é um valor mensal definido, que os responsáveis contribuem com a escola. O aspecto voluntário dessa contribuição pode ser questionado e deverá ocorrer no desenvolvimento da pesquisa, contudo neste resumo o enfoque se dará na hipótese de que é através desta contribuição doação que se efetiva a criação, manutenção e desenvolvimento de condições materiais objetivas para que essas instituições tenham melhores condições de funcionamento e “qualidade. Como por exemplo criação e manutenção de laboratório de informática, biblioteca, compra de computadores, Televisores, acréscimo de servidores e entre outros.

## Material e Métodos

Os passos metodológicos para o desenvolvimento dessa pesquisa implicarão em pesquisas e análise de documentos oficiais, como termos de cooperação técnica, decretos, portarias, repasses financeiros e regulamentos internos dos CEPMG. Se



caracterizando como uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter documental e bibliográfico, se reportando a coleta e sistematização de dados e informações estatísticas de natureza qualitativa

O levantamento bibliográfico se encontra em desenvolvimento com a utilização dos seguintes descritores, Educação, Goiás, Militarização que serão utilizados para o levantamento de teses e dissertações nas seguintes plataformas Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico, Seminários Nacionais Anpae e Grupo de Trabalho 05 da ANPED. Já foram selecionados 8 trabalhos relacionados com o tema pela BDTD e 12 trabalhos pelo Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Realizaremos também a consulta no Laboratório de Dados Educacionais referentes a número de matrículas, escolas, docentes e qualquer outras informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

### Resultados e Discussão

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, deste modo será apresentado alguns resultados parciais. Segundo o Laboratório de Dados Educacionais o estado de Goiás possui 955 escolas estaduais que abrangem as etapas de Ensino fundamental, em suas fases de anos iniciais e finais, e Ensino Médio. Dentre essas 955 escolas estão incluídas 60 CEPMG, segundo o site oficial do comando de ensino da polícia militar, ou seja, elas representam 6,28% das escolas estaduais e concentraram aproximadamente 12% do número de matrícula do estado, no ano de 2020.

Esse número significativo de escolas estaduais que têm sua gestão cedida a Secretaria de Segurança Pública, mais especificamente o comando de Ensino, geralmente apresentam uma estrutura física específica, contando com quadras de ensino coberta, laboratórios de informática e entre outras condições matérias que não são facilmente encontradas nas demais escolas públicas que não são militarizadas.

Por exemplo o CEPMG Hugo de Carvalho Ramos possuía no ano de 2020



2.508 alunos segundo dados de matrícula provenientes do Laboratório de Dados Educacionais. No ano de 2021 é celebrado o Termo de cooperação técnica nº36/2021, entre a Secretaria do Estado de Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que a polícia militar continue na gestão do respectivo colégio e define o valor da contribuição voluntária em 80,00 reais.

Pode-se assim realizar projeções do faturamento mensal e anual a partir dos dados acima mencionados. Se considerarmos que o número de matrículas do ano de 2020 a 2021 não teve mudanças significativas podemos realizar a projeção de que por mês o CEPMG Hugo de Carvalho Ramos recebe pelo menos duzentos mil reais provenientes de contribuições voluntárias. É importante ressaltar que esse valor não depende da burocracia e/ou prestação de contas referentes ao estado, uma vez que a receita é proveniente de doações.

### Considerações Finais

Com as questões apresentadas pode-se perceber a importância desta pesquisa sobretudo sua contribuição na discussão público x privado na educação. Apesar do movimento de transferência da gestão das escolas para a Polícia Militar não se caracterizar como uma privatização por se tratar de suas instituições que fazem parte do Estado, o movimento das contribuições voluntárias merece atenção, uma vez que estas não estão submetidas sobre as regras estabelecidas do dinheiro público.

Com o desenvolvimento da pesquisa, busca-se compreender o que o acréscimo de dinheiro proveniente da contribuição voluntária representa como diferencial de "qualidade" nas escolas militarizadas em Goiás? Relembrando que o conceito de qualidade aqui trabalhado está posto na perspectiva de condições materiais de funcionamento da escola.



## Referências

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. A Expansão Dos Colégios Militares Em Goiás E A Diferenciação Na Rede Estadual. Retratos Da Escola, V. 12, P. 271, 2018. DOI <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.865>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865>. Acesso em: 10 out. 2022.

GOIÁS. Termo de Cooperação Técnica nº36/2021, que entre si celebram a Secretaria do Estado de Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio da Polícia Militar do Estado de Goiás, para fins que se especificam, sob as condições a seguir descritas. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files//acesso-a-informacao/termos-de-colaboracao-termos-de-fomento-acordos-de-cooperacao/Termo%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20V%C3%A1rios%20anos%20e%20modalidades/2021/CEPMG%20HUGO%20DE%20CARVALHO%20RAMOS%20-%202021600006014152.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições das fronteiras entre o público e o privado. Brasília: Líber Livros, 2013.

## REALIZAÇÃO

**PRG**  
Pró-Reitoria de  
Graduação

**PRP**  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

**PRE**  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



**Universidade  
Estadual de Goiás**



## PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

**Lucila Menezes Guedes Monferrari \* (PG), Marlene Barbosa de Freitas Reis (PQ)<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE); Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas. Av. Araguaia, 400, Vila Lucimar, Inhumas-GO. E-mail: lmg.monferrari@yahoo.com

**Resumo:** Este trabalho visa apresentar, parcialmente, um projeto em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas (PPGE-UEG/Inhumas), cujo tema é a Educação Especial na Educação Superior. O projeto trata, especificamente, sobre o fenômeno Educação e o processo de formação humana de estudantes com deficiência intelectual matriculados no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. Para isso, estabeleceu-se como questão norteadora: Em que medida os processos de formação humana são desvelados a partir das percepções do estudante com deficiência intelectual no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás? O objetivo geral é desvelar as percepções do estudante com deficiência intelectual sobre os processos de formação humana no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Goiás. Espera-se que as reflexões contribuam no sentido de por em questão se estes estudantes estão sendo participantes ativos de seus processos de aprendizagem bem como dos grupos em que vivem. A abordagem metodológica é qualitativa, de estudo bibliográfico, documental e empírico. Para apresentar essa pesquisa, este trabalho fundamenta-se em: Bicudo (2011); Coelho (2012); Gil (2022); Diniz (2007); Freire (1969, 2020); Hooks (2013, 2021); Reis (2013) e documento oficial (Lei Brasileira da Inclusão, 2015).

**Palavras-chave:** Educação. Formação Humana. Inclusão. Percepção. Deficiência Intelectual. Educação Superior.

### Introdução

Esse é um trabalho que trata de uma pesquisa em fase inicial, cuja temática nasceu de uma inquietação, ao longo de atividades realizadas no campo da psicopedagogia, na lida com estudantes com deficiência intelectual. Muitos desafios enfrentados na educação básica envolvendo as práticas de educação inclusiva, e a entrada de um destes estudantes na Educação Superior, trouxeram questionamentos. Nesse sentido, propomos um estudo que abarque sobre os desafios da Educação Especial na Educação Superior, tratando especificamente dos estudantes com deficiência intelectual. Apresentamos essa temática que instiga



a problemática: em que medida os processos de formação humana são desvelados a partir das percepções dos estudantes com deficiência intelectual no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás? Assim, o trabalho tem como objetivo geral desvelar as percepções do estudante com deficiência intelectual sobre os processos de formação humana no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Goiás, além de: promover a reflexão sobre o sentido da educação; compreender como esses estudantes, no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Goiás, estão sendo atendidos em suas especificidades levando em consideração o homem e sua humanização; identificar como as práticas preconizadas pela legislação brasileira estão presentes no atendimento das necessidades das pessoas que compõem este grupo, no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Goiás.

## Material e Métodos

A proposta da pesquisa é qualitativa a ser efetuada em uma abordagem fenomenológica sendo composta por estudo bibliográfico, documental e por meio das percepções dos próprios sujeitos da pesquisa. Segundo Bicudo (2011, p.30), essa abordagem composta pelos termos *fenômeno* e *logos* implica em afirmar que o fenômeno não se trata de objeto “posto e dado no mundo exterior ao sujeito e que pode ser observado, manipulado, experimentado, medido, contado por um sujeito observador” e sim se mostra na intuição ou percepção como fenômeno nos atos da consciência e na linguagem presente enquanto logos. Nessa perspectiva busca descrição, interpretação e reflexão dos fenômenos atribuindo fala ao envolvido da situação estudada, lançando mão de escuta e olhar sensíveis em tal processo; assim, segundo Gil (2022) faz-se a interpretação do meio social através da consciência dos participantes baseada em suas experiências de vida.

## Resultados e Discussão



A Educação Especial, no Brasil, tem uma história marcada pela imposição das políticas, mas, também, pela segregação dos sujeitos do seu próprio processo de aprender. Nesse sentido, esse trabalho considera a linguagem importante elemento de análise, pois emerge da realidade vivida pelos próprios estudantes no processo de formação humana na Universidade. O que se busca no projeto de pesquisa em desenvolvimento é pensar as práticas a partir dos próprios estudantes e, assim, contribuir para pensar melhores formas de envolver esses sujeitos em seu próprio processo de formação. Assim, o trabalho tem como objetivo geral desvelar as percepções do estudante com deficiência intelectual sobre os processos de formação humana no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, além de: promover a reflexão sobre o sentido da educação; compreender como esses estudantes estão sendo atendidos em suas especificidades levando em consideração o homem e sua humanização; identificar como as práticas preconizadas pela legislação brasileira estão presentes no atendimento das necessidades das pessoas que compõem este grupo, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás.

Pretendemos sistematizar o conhecimento acumulado, caracterizado como revisão de literatura, buscando sobre a temática nos estudos que a antecederam, entre 2017 e 2022, e investigar os dados referentes à pesquisa de campo desenvolvida: como mapear e identificar os estudantes com deficiência intelectual na UEG. Ainda nessa fase da pesquisa, segundo referencial teórico, objetivamos apreender a categoria de deficiência intelectual a partir da Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015), e Diniz (2007) como sendo uma concepção biopsicossocial e caracterizar a Educação como possibilidade constitutiva do humano analisando as contribuições para a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual e formação de professores, tendo como problemática a função da escola e a dupla: educação e humanização como eixo norteador. Coelho (2012. p.23) contribui com o conceito de Educação como “o permanente movimento de passagem do homem como ser natural e biológico ao ser racional, autônomo e livre que cuida do bem comum, do que é de todos, realizando-se, assim, como humano”. Reis (2013, p.78)



considera que “ser, estar e conviver com o outro são direitos constituídos que garantem ao ser humano o exercício de sua condição humana e, portanto, de sua diversidade, de suas diferenças”. A perspectiva de Hooks (2017, 2021) comunga com Freire (1969,2020) no que se refere à concepção da Educação como humanizadora, prática libertadora e amorosa.

A partir daí, a pesquisa se propõe a conhecer as percepções dos estudantes com deficiência intelectual, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, com relação às experiências vividas neste ambiente de aprendizagem. Para tal, é proposta a pesquisa de campo que será desenvolvida realizando entrevistas semiestruturadas com 3 estudantes, levando em consideração os critérios de inclusão especificados no Comitê de Ética. Destacamos que a pesquisa busca reconhecer a potencialidade dessas pessoas para expressarem suas experiências, participarem de seu próprio processo de aprendizagem, falar por si mesmo, entre tantas ações rotineiras.

### Considerações Finais

A expectativa é que a pesquisa possa contribuir com a temática e propor problematizações quanto às práticas educativas experienciadas na Educação Superior voltada às pessoas com deficiência intelectual. Pensa-se, sobretudo, na possibilidade de que estes estudantes não estejam apenas “no” mundo, mas “com” o mundo, como nos convoca Freire (1969), além de possibilitar desenvolver um pensamento que relacione humanização e educação. Dessa forma, quanto mais se conhecer, criticamente, tal fenômeno, mais se poderá buscar a transformação da realidade.



## Referências

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Pesquisa Qualitativa**: segundo a visão fenomenológica. – São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei Brasileira da Inclusão**, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 24 de julho de 2021

COELHO, Ildeu Moreira. **Escritos sobre o sentido da escola**. 1ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. O papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**, Ano IV, nº 9, outubro, 1969, p. 123-132. Disponível em: [http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF\\_OPF\\_01\\_0003.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF_OPF_01_0003.pdf?sequence=2&isAllowed=y)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HOOKS Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Tese de Doutorado: **Política pública, diversidade e formação docente**: Uma interface possível. Universidade federal do Rio de Janeiro, 2013.

## REALIZAÇÃO

**PRG**  
Pró-Reitoria de  
Graduação

**PRP**  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

**PRE**  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



**Universidade  
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



---

REALIZAÇÃO

---

**PRG**  
Pró-Reitoria de  
Graduação

**PRP**  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

**PRE**  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



**Universidade  
Estadual de Goiás**



## **PÁSSAROS SEM ASAS: A EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE AS GRADES DA PENITENCIÁRIA ODENIR GUIMARÃES**

**Cássia Mayssa Magalhães Gomes<sup>1</sup>, Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto<sup>2</sup>**

Universidade Estadual de Goiás, PPGE, Inhumas

**Resumo:** O presente trabalho apresenta a investigação da educação em espaços destinados à privação da liberdade, a partir de pesquisa a ser realizada no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalette Teixeira, localizado no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. Sem tecer posições exaustivas sobre o tema, foram traçadas premissas para posteriores desdobramentos e análises sobre o problema apresentado. A problematização consiste no que o acesso à educação formal, a partir da modalidade jovens e adultos, aos reclusos do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, contribuirá para a ressignificação do seu *habitus* e para sua convivência social, após ser colocado em liberdade. A educação é compreendida como um direito de todos e dever do Estado, além de ser um incentivo ao preso, em razão do benefício legal da remição. Esta investigação utiliza a metodologia de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica e documental com análise de livros, trabalhos científicos. É proposto, também, entrevistas com os detentos que possuem acesso à educação no ambiente carcerário, gestores, professores da escola em pesquisa, além de agentes carcerários. O método de abordagem será o praxiológico (de Bourdieu) partindo-se da hipótese de que o acesso à educação escolar no sistema prisional goiano contribui para a ressignificação do *habitus* do recluso e para o seu posterior convívio social.

**Palavras-chave:** Sistema Penitenciário Goiano. Educação Escolar. Processo de Formação. Ressignificação de *habitus*.

### **Introdução**

A presente pesquisa se desenvolve no PPGE da Universidade Estadual de Goiás – Campus Inhumas e se inclui na Linha 1 (Trabalho, Estado e Políticas Educacionais).

É relevante destacar a importância da educação na formação do indivíduo, tanto que é um direito garantido no Artigo 205 da Constituição Federal (CF, 1988), razão porque o presente tema tem como objetivo analisar a necessidade desse

1 (PG) cassiamayssa@hotmail.com

2 (PQ)



direito também ser aplicado aos indivíduos reclusos, tendo como público-alvo os encarcerados na Penitenciária Odenir Guimarães.

O direito à educação direcionada aos indivíduos reclusos é abordado pela lei de execução penal (Lei nº 7.210/1984) em seu artigo 83, §4º (BRASIL, 1984), e também por importantes documentos internacionais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26 (ONU, 1948) e Regras de Mandela (CNJ, 2016, p. 11).

Por outro lado, devemos considerar que os fatores que levam um indivíduo a entrar no mundo do crime podem ser os mais variados possíveis, destacando-se a desigualdade social, dentre outros ligados à falta de instrução, de oportunidades e etc. Nesse sentido, necessária uma análise de campo no contexto apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, que é compreendido como um espaço social resultante de processos de diferenciação social no que tange a forma de ser e conhecer o mundo, podendo ser conceituado como um espaço estruturado de posições em que se busca o acúmulo de capitais, para tanto cada campo tem o seu próprio objeto e suas regras.

(...) Assim, falar de espaço social é resolver, ao fazê-lo desaparecer, o problema da existência e da não-existência das classes que, desde sua origem divide os sociólogos: podemos negar a existência das classes sem negar o essencial do que os defensores da noção acreditam afirmar através dela, isto é, a *diferenciação social*, que pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social (BOURDIEU, 1996, p. 49).

No contexto investigado, o sistema penitenciário pode ser compreendido como um microcampo do campo do Judiciário brasileiro, seletivo na escolha de seus integrantes, de forma que não é qualquer indivíduo que será submetido a um cumprimento de pena rigoroso, privado de sua liberdade, mesmo havendo respaldo de critérios legais, alguns agentes jamais será submetido a esse sistema por não se enquadrar nesse microcampo de desigualdade que limita direitos fundamentais.

De outro giro, importante destacar, ainda, a noção de *habitus* também abordada por Pierre Bourdieu que, em seu livro Sociologia Geral, vol 2, recebe o seguinte conceito:

(...) o *habitus* é esse conjunto de disposições, ou, em outras palavras, de esquemas de percepção, pensamento e ação, que são o produto de



incorporação, interiorização, assimilação e aquisição de estruturas objetivas, de regularidades objetivas – por exemplo, tudo aquilo que se dá no mundo social sob a forma de regularidades estatísticas, como a divisão entre possível e impossível, entre o impossível, o provável, o certo, o duvidoso etc. –, entendemos que, apesar de ele funcionar como uma maquininha geradora e inventar ou engendrar coisas, aquilo que ele produz parece – já que ele está em sua própria lógica ajustando até certo ponto as estruturas nas quais funciona – ter sido produzido para ajustar àquilo a que ele se ajusta. (BOURDIEU, 2021, p. 97/98).

O *habitus* é compreendido como a forma que o indivíduo é influenciado pelo meio social em que convive, acostumando-se a agir de maneira padrão em determinadas situações e isso pode ser imposto também por meios coercitivos como a obrigação de obediência às leis. Porém, cada indivíduo em sua visão do mundo social pode estabelecer conceitos e compreensões opostos, sendo possível que o mesmo comportamento pareça distinto para um, ostentatório para outro e vulgar para um terceiro, trata-se de uma internalização da forma de viver, de agir e de práticas sociais, pois estamos inseridos nos mais diversos campos e espaços sociais.

Assim, a pesquisa objetiva demonstrar se por meio da educação podemos ressignificar o *habitus* dos indivíduos reclusos, a fim de proporcionar-lhe novas oportunidades ao deixar o sistema penitenciário. Nesse sentido, ainda de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:

O acesso à educação é uma das formas de ressocializar as pessoas que se encontram custodiadas. Por meio da educação, é possível o retorno à sociedade, após o cumprimento da pena, com novas perspectivas. A possibilidade de uma boa formação educacional e profissional garantem melhores caminhos de inserção social, prevenindo a reincidência (DEPEN, 2019, p. 57).

Com efeito, o presente trabalho utilizará o método de abordagem praxiológico (de Bourdieu) partindo-se da hipótese de que o acesso à educação escolar no sistema prisional goiano contribui para a ressignificação do *habitus* do recluso e para o seu posterior convívio social. Esta investigação utiliza a metodologia de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica e documental com análise de livros, trabalhos científicos.

O resultado parcial levantado indica que a realidade do sistema penitenciário contraria as previsões legais e indica que a minoria dos cidadãos reclusos possuem



acesso a atividades educacionais no interior de Unidades Prisionais no Brasil, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (DEPEN, 2019, p. 57), atualizado em junho/2017, o qual aponta o percentual de 10,58% de pessoas presas com acesso à educação.

Tabela 1 – Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por Unidade da Federação.

| UF     | Pessoas em atividade de ensino escolar |       | Pessoas em atividades educacionais complementares |       | % de pessoas presas em atividades educacionais |
|--------|----------------------------------------|-------|---------------------------------------------------|-------|------------------------------------------------|
|        | N                                      | %     | N                                                 | %     | %                                              |
| AC     | 60                                     | 1,54  | 0                                                 | 0,00  | 1,54                                           |
| AL     | 111                                    | 1,43  | 48                                                | 0,62  | 2,05                                           |
| AM     | 663                                    | 7,42  | 85                                                | 0,95  | 8,38                                           |
| AP     | 922                                    | 32,86 | 650                                               | 23,16 | 57,80                                          |
| BA     | 2485                                   | 14,77 | 145                                               | 0,86  | 15,87                                          |
| CE     | 826                                    | 3,07  | 0                                                 | 0,00  | 3,07                                           |
| DF     | 1271                                   | 8,00  | 99                                                | 0,62  | 8,65                                           |
| ES     | 3111                                   | 15,50 | 0                                                 | 0,00  | 15,50                                          |
| GO     | 880                                    | 4,14  | 29                                                | 0,14  | 4,29                                           |
| MA     | 946                                    | 10,79 | 0                                                 | 0,00  | 10,79                                          |
| MG     | 9513                                   | 12,40 | 189                                               | 0,25  | 12,91                                          |
| MS     | 1458                                   | 8,69  | 1                                                 | 0,01  | 8,83                                           |
| MT     | 2483                                   | 20,20 | 70                                                | 0,57  | 20,77                                          |
| PA     | 1134                                   | 6,88  | 45                                                | 0,27  | 7,16                                           |
| PB     | 1051                                   | 8,67  | 0                                                 | 0,00  | 8,68                                           |
| PE     | 6444                                   | 20,79 | 0                                                 | 0,00  | 20,79                                          |
| PI     | 414                                    | 9,48  | 0                                                 | 0,00  | 9,50                                           |
| PR     | 4205                                   | 8,41  | 81                                                | 0,16  | 8,57                                           |
| RJ     | 4451                                   | 8,45  | 22                                                | 0,04  | 8,52                                           |
| RN     | 178                                    | 1,92  | 11                                                | 0,12  | 2,04                                           |
| RO     | 1169                                   | 10,27 | 223                                               | 1,96  | 12,23                                          |
| RR     | 316                                    | 12,20 | 266                                               | 10,27 | 22,63                                          |
| RS     | 2324                                   | 6,42  | 14                                                | 0,04  | 6,49                                           |
| SC     | 3096                                   | 14,36 | 124                                               | 0,58  | 15,09                                          |
| SE     | 342                                    | 7,00  | 0                                                 | 0,00  | 7,00                                           |
| SP     | 17800                                  | 7,77  | 397                                               | 0,17  | 7,96                                           |
| TO     | 322                                    | 7,37  | 0                                                 | 0,00  | 7,37                                           |
| Brasil | 69.293                                 | 9,6   | 7.520                                             | 1,04  | 10,58                                          |

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017

A partir da tabela acima, também podemos constatar que menos de 5% (cinco por cento) da população carcerária do Estado de Goiás possui acesso a escola, de forma que o reeducando sai do sistema prisional sem qualquer perspectiva, deixando na memória somente o tempo ocioso, razão por que a importância de desenvolver o tema proposto, a fim de ressignificar seu *habitus* e prepará-lo para um melhor retorno ao convívio social.

Para o início da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico de livros, artigos, além de teses e dissertações que já vêm sendo explorados, de forma que as últimas trago as referências abaixo para conhecimento:

SILVA, L.L. **O Direito à Educação Escolar Prisional: Uma Realidade Entre Grades**. Dissertação (mestrado) – PUC/GO, Goiânia/GO, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3744>. Acesso em: 04/05/2022.



LOBO, E.S. **A escola por trás dos muros da prisão: percepções de alunos detentos sobre educação, religião e vida cotidiana.** Tese (doutorado) – UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2009.

Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/8377>. Acesso em: 10/04/2022.

ABREU, A.A de. **Educação entre grades: um estudo sobre a educação penitenciária no Amapá.**

Dissertação (mestrado) – UFSCar, São Carlos/SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2490>. Acesso em: 12/04/2022.

OLIVEIRA, J. A de. **Educação entre grades: estudo em um presídio em Rio Verde – GO.**

Dissertação (mestrado) – UFG, Jataí/GO, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10419>. Acesso em: 20/04/2022.

BETTIM, N.S. **Educação Para A Cidadania: Possibilidades de Reintegração da Pessoa Encarcerada.** Tese (doutorado) – PUC/GO, Goiânia/GO, 2018. Disponível em:

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3969> Acesso em: 02/05/2022.

FAVORETO, A. **A Educação nas Prisões: um estudo sobre a perspectiva de Emancipação Humana.** Dissertação (mestrado) – UNIOESTE, Cascavel/PR, 2018. Disponível em:

<https://tede.unioeste.br/handle/tede/3973>. Acesso em: 10/05/2022.

ALMEIDA, L.M de. **Nas trilhas do fazer e do saber a possibilidade de ser: os caminhos do trabalho e da educação na prisão.** Dissertação (mestrado) – UFG, Goiânia/GO, 2009. Disponível em:

<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/2225>. Acesso em: 22/04/2022.

Santiago, G.A. da S. **A política de ressocialização no Brasil: Instrumento de Reintegração ou de Exclusão Social?** Dissertação (mestrado) – UFPB, João Pessoa/PB, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4616>. Acesso em: 04/05/2022.

JULIÃO, E.F. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro.** Tese (doutorado) – UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/8383>. Acesso em: 15/04/2022.

## Considerações Finais

A presente pesquisa está em andamento, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto, e será apresentada ao PPGE da Universidade Estadual de Goiás, campus Inhumas com previsão de qualificação para o próximo ano e defesa no início de 2024.

A análise do tema parte do pressuposto de que a educação escolar formal no interior do presídio poderá contribuir para ressignificação do *habitus* do indivíduo recluso acarretando perspectivas positivas para o seu retorno em sociedade.

## Referências Bibliográficas



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



BOURDIEU, P. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação.** Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral. Vol. 2: Habitus e Campo.** Curso no Collège de France (1982 – 1983). Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

BRASIL. **Constituição Federal 1988.** Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10/08/2021.

BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Acesso em: 09/10/2022.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>. Acesso em: 12/08/2021.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, atualização em junho de 2017 / organização, Marcos Vinícius Moura. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 16/08/2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral das Nações, em 10/12/1948, Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral Unidas. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 09/10/2022.

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## **TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESENTES NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

**Marcela Rodrigues Santos<sup>\*1</sup> (PG), Rodrigo Roncato Marques Anes<sup>2</sup>(PQ)**

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Unidade Universitária Inhumas. Endereço: Av. Araguaia, 400 - Vila Lucimar, Inhumas – GO.

**Resumo:** Essa pesquisa tem como objetivo analisar as produções acadêmicas (teses e dissertações) da área da Educação que tratam sobre o adoecimento do professor na contemporaneidade, para compreender os discursos que produzem sobre o tema e as bases teóricas/epistemológicas em que se sustentam. As intensas mudanças no mundo do trabalho têm sido marcadas por desafios significativos, trazendo à tona a intensificação e precarização das condições do trabalho docente, desprestígio profissional e problemas de saúde. Diante desse cenário, faz-se necessário refletir sobre o trabalho docente, reconhecendo suas particularidades, para que possamos assumir posição de resistência e enfrentamento. Trata-se de um estudo vinculado à abordagem qualitativa da produção do conhecimento, de caráter bibliográfico. Se sustenta nos pressupostos do materialismo histórico dialético, partindo do entendimento de que esse método é uma leitura teórica do mundo, das coisas, inclusive do trabalho que o professor realiza, considerando a relação com a historicidade e a totalidade, o qual traz ricas contribuições para tal discussão.

**Palavras-chave:** Trabalho. Precarização. Adoecimento docente.

### **Introdução**

As preocupações com o trabalho do profissional docente e sua saúde ganharam destaque na década de 1990 e, atualmente, no Brasil, são abordadas em diferentes estudos considerando a necessidade de produção de análises acerca das

---

<sup>1</sup> proflppt@gmail.com



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



novas variáveis que passaram a condicionar a função social do professor na contemporaneidade.

As condições sociais, econômicas, políticas e culturais que envolveram o trabalho docente após o período acima mencionado, reflexos da aplicação de novas medidas organizacionais para o mundo educacional decorrentes das exigências do processo de reestruturação produtiva e avanço da ideologia neoliberal, culminaram em políticas nefastas para os trabalhadores da educação, e especialmente para o professor e sua saúde.

A atual complexidade do cenário educacional, tecida na intensificação do trabalho docente constitui lastro em que se firmam dores, sofrimentos e pessimismos, invisibilidade do trabalho docente, afetando diretamente o preceptor que confronta a realidade do ambiente escolar, suas exigências, provocando situações de equilíbrio e continuidade em sala de aula, com estratégias que colocam em questionamento a qualidade educacional.

Sadi Dal Rosso (2008) concentrou sua atenção em estudos que demonstram que atividades de trabalho que envolvem a subjetividade, a emoção e afetividade são pilares, deveriam permitir a autonomia individual. Segundo o autor “[...] estão sujeitos aos mesmos meios de intensificação que as outras atividades ditas materiais, o que implica no surgimento de uma série de novos problemas de saúde que afetam a classe dos trabalhadores imateriais dos trabalhos intensificados” (ROSSO, 2008, p. 43).

O trabalho improdutivo, ao qual nos referimos remete ao profissional docente que, na esfera pública, não produz de imediato lucro para o sistema capital, mas que está refém em seu substrato, uma vez que sua atividade passa a ser condensada pelo viés mercadológico.

Assim, é importante refletir sobre a categoria trabalho para entender qual é o trabalho do professor. Examinar as condições de trabalho e as novas leis educacionais advindas do processo de reestruturação produtiva, cujo ápice consiste



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



na exigência de um profissional flexível, eficiente, eficaz, moldado pela meritocracia, buscando revelar o “invisível” desse processo: a crise da saúde humana (física e mental). Refletir e desvelar essas questões faz-se necessário para questionar e superar a realidade.

### Material e Métodos

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e delineada como bibliográfica, sustentada teoricamente em autores ligados aos pressupostos do materialismo histórico dialético.

A investigação, que ainda está em fase inicial, conta com a análise e interpretação dos sentidos discursivos de produções acadêmicas que tratam sobre o adoecimento docente na educação básica, incluindo um conjunto de pesquisas produzidas nos últimos 5 anos na área da educação.

### Resultados e Discussão

Levando em consideração que esta pesquisa ainda está em fase inicial, foi realizado o levantamento bibliográfico na plataforma CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Os filtros selecionados foram: produções na área de conhecimento educação; produções na área de avaliação educação; produções em Programas de Pós-Graduação em Educação; produções defendidas e publicadas nos últimos 5 anos.

Para realizar as buscas foi utilizado o descritor “adoecimento docente”. Sendo assim, foram adotados critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: escrito na língua portuguesa, que contemplassem a temática do trabalho e estivessem relacionados aos programas de educação, bem como as publicações entre 2018 e



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



2022. Como critérios de exclusão foram: artigos escritos em outros idiomas (inglês, francês, espanhol, etc), artigos que fugissem da temática abordada e que não contemplassem o descritor e os trabalhos publicados antes de 2018. Somando-se todas as bases de dados, foram encontrados 57 trabalhos. Após a leitura dos títulos dos artigos, notou-se que alguns deles se repetiram nas diferentes bases e outros não preenchiam os critérios deste estudo. Neste sentido, ao aplicar os critérios de exclusão foram selecionados 25 artigos para a leitura do resumo. No desenvolvimento da pesquisa, serão selecionados alguns trabalhos para a leitura cuidadosa a fim de revelar como a educação tem pensado e discutido o adoecimento docente, se reforça ou se questiona tentando superá-lo.

### Considerações Finais

Ainda que a pesquisa esteja na sua fase inicial, fica evidente, através dos estudos teóricos já realizados, que o trabalho, no seu sentido ontológico, é a própria essência dos seres humanos. Mas na sociedade capitalista, como resultado do trabalho alienado, ele se torna a própria negação dos seres humanos, de tal maneira, que os trabalhadores ficam ansiosos para se livrar dele.

A natureza do trabalho do professor é imaterial, mas está submetido a mesma lógica de organização do capitalismo, o que contribui para o controle maior sobre o professor. Dessa forma, ao retirar o trabalho enquanto condição de existência, não permite que o professor entenda a natureza do seu trabalho e continue atendendo aos interesses e demandas do capital. Assim, devido as contradições que estão postas ao trabalho docente, faz com essa categoria sofra sérios impactos, como por exemplo, o adoecimento.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CODO, Wanderley & MENEZES, Ione Vasquez. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (Coord.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes/ Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho. 1999.

DEJOURS, Chistophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. Psicodinâmica do Trabalho. In: BETIOL, Maria Irene Stocco. (Coord.). **Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreira Alves. Lisboa: Estampa, 1977; Mandacaru, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198p.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985. 289p.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política do capital**: o rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores). 351p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (OMS). Disponível em: <http://www.bvs.eportuguese.org/php/index.php>. Acesso em 15.05.2022

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Formação e condições do trabalho docente**. In: Educação e Cidadania. Campinas: Alínea, 2007.

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## **URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021**

**Jaquelinne Neves de Oliveira<sup>1</sup> (PG)\***

Universidade Estadual de Goiás – Goiás – Brasil

jaquelinne2703@gmail.com

**Resumo:** As relações socioeconômicas se orientam de modo a desenvolver uma sociedade desigual, a paisagem urbana produzida sob esses aspectos expressa nas ruas, núcleos comerciais, rodoviárias de transporte intermunicipal, dentre outras espacialidades, a presença de população em situação de rua. Esse fenômeno como expressão da “questão social”, se relaciona diretamente com os processos de estigmatização, vulnerabilidade e invisibilidade social. Há, no entanto, a ausência da contagem oficial da população em situação de rua em nível nacional e o crescente aumento dessa população cadastrada no CadÚnico, do qual se derivam as principais estimativas. O objetivo é compreender a dinâmica socioespacial da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021. Para isso, tem-se os municípios goianos, uma vez que Goiás exerce uma dinâmica significativa no território nacional. Busca-se suscitar o debate duas dimensões: agenda de pesquisa em geografia e subsídio à discussão na agenda política, no que tange a gestão territorial na esfera estadual, tendo em vista que o problema transpõe a escala municipal.

**Palavras-chave:** Pobreza. Vulnerabilidade. Desigualdades. População. Rua. Municípios goianos.

### **Introdução**

A incidência de população em situação de rua nas cidades contemporâneas expressa na paisagem urbana a dimensão desigual na qual ocorreu o desenvolvimento da sociedade. O fenômeno em questão, antes característico dos grandes núcleos urbanos e regiões metropolitanas, recentemente se interiorizou nas áreas urbanas de municípios com baixo padrão demográfico. Nessa perspectiva, a Região Centro-



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



Oeste tem se destacado como um eixo de atração populacional significativo no Brasil, que sob a ótica regional, o Estado de Goiás vem apresentando um saldo migratório interestadual. A população do estado de Goiás é predominantemente urbana (90,29%), tendo em apenas 22 municípios predomínio de pessoas residindo em áreas rurais (IBGE, 2010). Com um crescimento populacional expressivo, no qual a estimativa populacional para o ano de 2021 alcançou cerca de 7.206.589 habitantes (IBGE, 2021), ressalta-se, sobretudo, o papel do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília e a mesorregião Sul goiano. É nesse primeiro eixo que se concentra a maior parcela da população goiana e onde se observa as principais mazelas sociais como pobreza, desemprego e violências, o que aponta, nesse sentido, para a necessidade da união de ações no que diz respeito às políticas públicas e à gestão urbana.

No estado de Goiás ocorreu incremento significativo de famílias em situação de rua, entre 2012 a 2021, o aumento da porcentagem da população de rua foi de 37,08%, enquanto a média brasileira foi de 12,95% (MDS, 2021). O grupo populacional em questão é caracterizado, predominantemente por pessoas em situação de vulnerabilidade social, pela ausência de renda regular, residência e, também, falta de acesso aos serviços públicos e aos benefícios sociais, a exemplo dos 26,19% dessa população que não tiveram acesso ao Programa Bolsa Família no ano de 2020. Estas questões, dado a mobilidade da população, também está relacionada ao modelo de urbanização. Diante dos apontamentos, o objetivo geral é compreender a dinâmica socioespacial da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021. Os aspectos metodológicos são: *revisão bibliográfica*, *levantamento do estado da arte*, *pesquisa estatística* (Ministério do Desenvolvimento Social/MDS e Vigilância de Assistência Social/ Censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social), *trabalho de campo*, com entrevistas semiestruturadas com gestores municipais e levantamento in loco com a população em situação de rua, através de entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e história oral, a abordagem com o intermédio das ações de



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



distribuição de alimento pelas ONGs, gestores municipais e Pastorais de Rua. E *espacialização das dinâmicas*.

## Resultados e Discussão

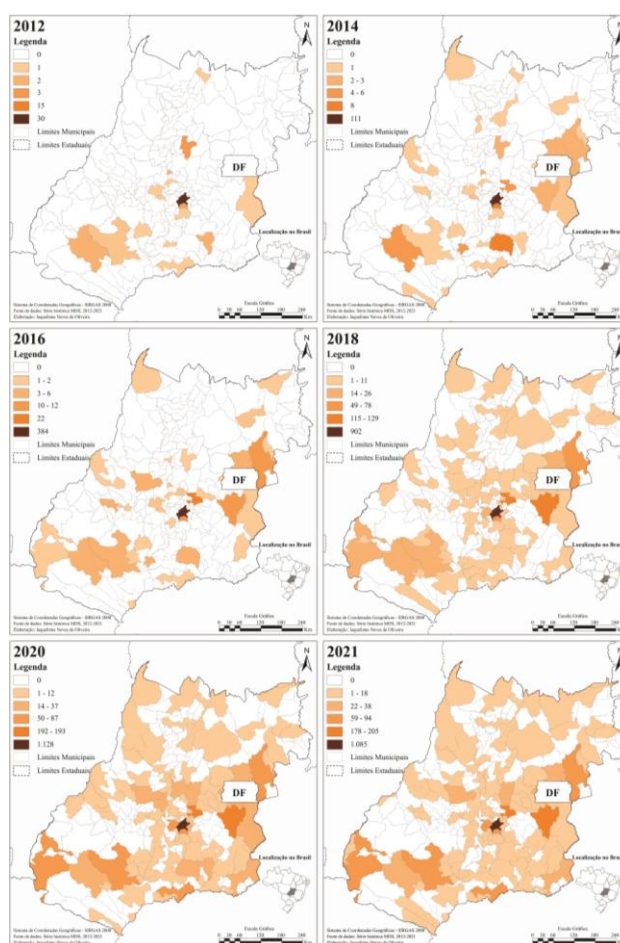
Silva (2006) relaciona a População em Situação de rua e a questão social, como fenômeno de ordem multidimensional, quando ambas se interrelacionam em três principais campos: o desemprego e a precarização do trabalho, a extrema pobreza e a ausência e dificuldades de acesso a moradia. Apresenta ainda três fatores dessa interrelação, ou seja, fatores estruturais, com o papel do Estado, do trabalho e moradia; fatores biográficos, com os aspectos qualitativos e perfil da população em situação de rua, a exemplo das trajetórias individuais e rompimentos de vínculos familiares, uso de substâncias, entre outros motivos; e fatores de natureza, a exemplo das intemperes naturais e provocadas pelo homem. Lefevbre (2008) alertava a necessidade de “abrir os olhos para o quadro de miséria generalizada em consequência do quadro das satisfações que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela”.

Os marcos regulatórios para a população em situação de rua e de vulnerabilidade social inicia-se a partir da leitura da Constituição de 1988, onde se reconhece como direito do cidadão, dever do Estado a Assistência Social como política pública (SARMENTO, 2020, p. 55). Mas é apenas em 2009, através do Decreto nº7.053/2009 que a Política Nacional para a População em Situação de Rua (grande marco regulatório) e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento são criados. Se em esfera nacional, até março de 2020 tinha-se um número estimado de 221.869 pessoas em situação de rua (IPEA, 2020), onde a estimativa encontra-se sem os possíveis reflexos da crise provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Nesse



mesmo estudo, entre setembro de 2012 a março de 2020, aponta-se uma taxa de crescimento de 18,5% da população em situação de rua nos municípios pequenos ou médios, ressaltando segundo o IPEA (2020) “a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades”. No estado de Goiás ocorreu incremento significativo de famílias em situação de rua, se em 2012 o fenômeno foi registrado em apenas 16 municípios goianos, em 2020 evoluiu para 131 municípios, conforme é possível constatar na Figura 01.

**Figura 01** – Municípios Goianos: Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 e 2021



Fonte: MDS, 2012-2021. Elaboração: Jaqueline N. de Oliveira



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



É salutar pontuar que a espacialização do fenômeno em escala estadual incide apenas na população cadastrada na plataforma oficial do governo federal, pois há poucas informações sobre o perfil socioeconômico (idade, renda, origem, sexo, escolaridade, profissão e vínculos familiares) da população em situação de rua nos municípios goianos.

### Considerações Finais

Dentre os avanços e limites no estudo da população em situação de rua no Brasil, bem como na perspectiva da interiorização do fenômeno nos municípios goianos, merece destaque que no Brasil, o histórico de desigualdade advém desde o período da colonização, exploração e concentração de riquezas. A pobreza, a fome e a miséria foram incorporadas na agenda política nos anos 90, sendo a pobreza no Brasil um caráter distributivo, ou seja, o problema é estrutural e cultural. A população em situação de rua, por ser heterogênea, difere-se em níveis de acesso às políticas e programas sociais. Entretanto, uma característica comum é o quadro de vulnerabilidade em que se encontram, e a necessidade do diálogo multidisciplinar para compreender a complexidade do crescimento e a interiorização do fenômeno.

### Agradecimentos

Agradecimento a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). As reflexões elaboradas corresponde ao processo de desenvolvimento da dissertação de mestrado (2021- em andamento) titulada “URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021”, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tathiana Rodrigues Salgado, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás.



## Referências

BRASIL. **Decreto nº7053** de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=D&numero=7053&ano=2009&ato=b99MzZE5UeVpWT33d>. Acesso em: 27 jun. 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2021 a março de 2020). Nota Técnica nº73, Disoc, junho de 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35812](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812). Acesso em: 27 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro Editora, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SARMENTO, Isabela Viegas Moraes. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua**. Rio de Janeiro: Lumes Juris, 2020.

SILVA, M. L. L. (2006). **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006\\_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 08 jul. 2022.

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás